

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE GESTÃO E DE NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANNA KLARA ABREU DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DA CRISE DO SUBPRIME SOBRE O CONSUMO DE BENS E A
POLÍTICA DE CRÉDITOS NO BRASIL, DE 2007 A 2012.**

Goiânia

2021

ANNA KLARA ABREU DE OLIVEIRA

**O IMPACTO DA CRISE DO SUBPRIME SOBRE O CONSUMO DE BENS E A
POLÍTICA DE CRÉDITOS NO BRASIL, DE 2007 A 2012.**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos.

Goiânia

2021



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE GESTÃO E DE NEGÓCIOS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANNA KLARA ABREU DE OLIVEIRA

2017.1.0021.000-40

**O IMPACTO DA CRISE DO SUBPRIME SOBRE O CONSUMO DE BENS E A
POLÍTICA DE CRÉDITOS NO BRASIL, DE 2007 A 2012.**

Monografia apresentada como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos
Presidente

Prof. Dr. Sergio Duarte de Castro
Membro

Prof. Ms. Valdivino Jose de Oliveira
Membro

Goiânia – Goiás

Data da aprovação 17/06/2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me guiado a até este momento, que me concedeu tudo que tenho, sendo Ele, o maior apoio e o maior mestre que se pode ter.

Agradeço também a toda minha família e amigos e, em especial, meus pais, pelo incentivo, palavras de paz, amor, carinho e apoio incondicional durante esses últimos anos.

Grata também ao meu estimado amigo Wictor, por sempre me apoiar e estando próximo em cada momento de companheirismo e contribuições para projetar essa monografia.

Estando grata ao orientador Ms. Miguel Rosa dos Santos, pelo empenho, orientação, apoio e confiança dedicado a este trabalho.

RESUMO

Essa monografia traz consigo a importância de mostrar como uma política de crédito rígida pode afetar os níveis de consumos e conseqüentemente a economia. O objetivo dessa monografia é analisar o impacto da Crise do Subprime no comportamento do consumo de bens e nas linhas de crédito concedidos de forma facilitada aos consumidores brasileiros. Inicialmente será analisado sobre como se originizou a Crise do Subprime nos Estados Unidos e como afetou a União Europeia. Em seguida, será apresentada a Teoria do Consumidor, a Lei de Okun e a relação do crédito e consumo de bens. Finalizando, serão analisados os impactos da Crise do Subprime na economia brasileira, mostrando como era antes, durante, e após a crise. Mostrando assim, como a política de crédito afetou o consumo de bens.

Palavras-chaves: Política de Créditos, Consumo de Bens, Crise do Subprime.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Índice de Preços dos Imóveis nos EUA, entre 1997 a 2008 (Jan.2000 = 100).....	18
Gráfico 02 - Emissão Total de Novas Hipotecas e Participações das Hipotecas Subprimes.....	20
Gráfico 03 - Percentual de Hipotecas Subprime Securitizadas.....	21
Gráfico 04 - PIB da Grécia (2002 a 2012) – (Bilhões de Dólares).....	27
Gráfico 05 - Produção Industrial da Grécia (%) - 2002 a 2012.....	28
Gráfico 06 - Receita com Turismo (Milhões de Euros) - Grécia 2002 a 2012.....	28
Gráfico 07 - Dívida Pública em Relação do PIB (%) - Grécia 2002 a 2012.....	29
Gráfico 08 - PIB de Portugal (2002 a 2012) - (Bilhões de Dólares).....	29
Gráfico 09 - Produção Industrial de Portugal (%) - 2002 a 2012.....	30
Gráfico 10 - Receita com Turismo (Milhões de Euros) - Portugal 2002 a 2012.....	30
Gráfico 11 - Dívida Pública em Relação do PIB (%) - Portugal 2002 a 2012.....	31
Gráfico 12 - Taxa de Desemprego em Grécia (%) – 2002 a 2012.....	32
Gráfico 13 - Taxa de Desemprego em Portugal (%) – 2002 a 2012.....	32
Gráfico 14 - Variação do Desemprego em Relação com a Variação do PIB.....	33
Gráfico 15 - Número de Pessoas Desempregadas na União Europeia - 2002 a 2012.....	34
Gráfico 16 - PIB da União Europeia em 2002 a 2012 – USD.....	35
Gráfico 17 - Gastos do Consumidor na União Europeia – 2008 a 2012 (Bilhões de Euros).....	35
Gráfico 18 – Poupança Pessoal dos Indivíduos da União Europeia – 2008 a 2012 (%).....	36
Gráfico 19 – Consumo de Crédito na Zona do Euro (2008 a 2012).....	43
Gráfico 20 – Consumo na Zona do Euro (2008 a 2012).....	44

Gráfico 21 – Dívidas Sobre a Renda das Famílias na Zona do Euro – 2008 a 2012 (%).....	45
Gráfico 22 – Taxa (%) de Crescimento do PIB Brasileiro (1995 – 2006).....	47
Gráfico 23 – Taxa (%) de Desemprego no Brasil 2001 – 2006.....	48
Gráfico 24 – Consumo Brasileiro 2002 – 2006.....	49
Gráfico 25 – Consumo de Crédito Brasileiro 2001 a 2006.....	50
Gráfico 26 – Consumo dos Brasileiros 2006 – 2012.....	52
Gráfico 27 – Coeficiente de Exportação Brasileira – 2007 a 2012.....	52
Gráfico 28 – Balança Comercial 2006 -2012.....	53
Gráfico 29 – Dívidas das Famílias em Relação ao PIB 2006 - 2012	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Cesta de Mercado Alternativas.....	37
Tabela 02 – Cesta de Mercado e a Linha de Orçamento.....	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Linha de Orçamento.....	40
Figura 02 – Efeitos de uma Modificação na Renda Sobre a Linha de Orçamento....	40
Figura 03 – Efeitos de uma Modificação no Preço Sobre a Linha de Orçamento.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – A CRISE DO SUBPRIME	14
1.1 – A Crise do Subprime e o Cenário Político – Econômico dos Estados Unidos..	14
1.2 – A Quebra do Lehman Brothers e o Estouro da Bolha	18
1.3 – Os Impactos da Crise do Subprime no Cenário Mundial.....	25
CAPÍTULO 2 – LINHAS DE CRÉDITOS E CONSUMO DE BENS	33
2.1 – Lei de Okun	33
2.2 – Teoria do Consumidor	36
2.3 - Relação Crédito e Consumo de Bens	42
CAPÍTULO 3 – A CRISE DO SUBPRIME E O BRASIL	46
3.1 - O Brasil Antes da Crise do Subprime.....	46
3.2 – Como a Crise do Subprime Afetou a Economia Brasileira	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	58

INTRODUÇÃO

A palavra crise vem a cada dia se tornando parte da rotina dos indivíduos, causando em alguns receios do que está por vir. Mesmo com a naturalização do termo, uma crise é um momento na história de uma nação que muitos governos através da sua intervenção tentam amenizar o seu impacto.

Ao longo da história da sociedade tivemos várias crises econômicas, sendo elas de caráter individualizado ou mundial. A Crise do Subprime foi uma crise que teve grandes impactos econômicos no cenário mundial, sendo que se originou nos Estados Unidos, através dos financiamentos habitacionais cedidos pelos bancos de forma facilitada.

Em relação ao exposto acima, essa monografia será realizada em base no recorte temporal dos anos 2004 a 2012 de forma estratégica para analisar como a Crise do Subprime afetou os níveis de consumo e a concessão de crédito ao mercado. Esse recorte foi realizado dois anos antes da Crise e quatro anos após a Crise, para poder ser visto como foi o comportamento do consumo e do crédito durante esse período.

Para poder ser feita essa análise, será usado a Teoria do Consumidor, que é uma teoria da Microeconomia, que estuda a tomada de decisão do indivíduo com base nas suas preferências e renda, e como os indivíduos agem, perante a conflitos como um aumento no valor de um produto de sua cesta. Pois quando o valor de um item sobe, o agente econômico não consegue adquiri-lo na mesma quantidade que adquiria anteriormente.

Ela aborda a decisão sobre trabalho/lazer, curva de oferta de trabalho, o efeito total, o efeito renda, e o efeito substituição. Será aprofundado nessa monografia sobre o efeito renda, pois ele será inserido de modo a esclarecer como as linhas de crédito podem afetar o consumo devido a restrição orçamentária.

Em conjunto com a Teoria do Consumidor, será analisado o comportamento do agente econômico, quando ocorre um aumento temporário em sua renda com as linhas de créditos, e, como a aquisição do crédito sem uma análise prévia pode afetar a vida financeira desse indivíduo.

Diante disso, é importante analisar a relação do consumo com as linhas de créditos e como o aumento ou a redução de um deles, podem afetar um ao outro, e assim podendo definir qual a relação entre eles.

É importante reforçar que será analisado o período pré-crise e pós-crise, para acompanhar o comportamento dos objetos de estudo. Pois, a Crise do Subprime foi decorrida em sua maioria, da liberação de crédito imobiliário de forma facilitada sem verificação do perfil do cliente.

Observa-se que as linhas de créditos é uma forma facilitada de aumento de renda por um pequeno período, com um objetivo específico para atender uma necessidade. E se a tomada de crédito for concebida de forma irresponsável, acaba trazendo consequências como o endividamento e a inadimplência.

A monografia ora desenvolvida tem por objetivo geral analisar, no período de ocorrência da Crise do Subprime, seu impacto no comportamento do consumo de bens e nas linhas de crédito concedidos de forma facilitada aos consumidores brasileiros.

Em sentido semelhante, essa monografia tem três objetivos específicos: fazer a análise dos cenários da Crise do Subprime; definir a relação do consumo de bens com as linhas de créditos, correlacionando-as com a Teoria do Consumidor; e o comportamento do consumidor em relação aos créditos facilitados.

Com isto o problema abordado será: Quais são as consequências do crédito facilitado e qual o seu impacto sobre o consumo de bens dos agentes econômicos brasileiros?

Essa monografia terá duas hipóteses: a primeira, havendo aquisição de crédito, o indivíduo aumenta sua renda temporariamente, o que poderá aumentar seu consumo de bens e provavelmente trará consequências em seu orçamento familiar, podendo gerar a inadimplência.

A segunda hipótese, havendo aquisição de crédito o indivíduo poderá aumentar sua renda temporariamente, o que provavelmente não afetará seu consumo de bens de imediato, e provavelmente não trará consequências em seu orçamento familiar.

Em relação à metodologia, essa monografia é dotada de uma revisão bibliográfica, onde será realizada uma pesquisa documental, de caráter quantitativo e

qualitativo, valendo-se de consultas a livros, teses, dissertações, artigos, revistas especializadas e sites. Ela será fundamentada também nos métodos científicos dedutivo e histórico.

Essa monografia será desenvolvida em 3 Capítulos: no primeiro Capítulo será abordada sobre a Crise do Subprime. Qual o contexto político-econômico dos Estados Unidos antes dessa crise; sua origem; como a bolha foi estourada; e quais países foram afetados por ela.

No segundo Capítulo será exposto sobre a Teoria do Consumidor. Como pode ser observado o reflexo dessa teoria na sociedade e como ela ajuda a explicar o aumento temporário da renda com o aumento do consumo de bens. E também será visto sobre a Lei de Okun onde será visto a relação PIB (Produto Interno Bruto) e taxa desemprego.

Finalizando, no terceiro Capítulo será examinado o cenário em que o Brasil estava antes e depois da Crise do Subprime, com o intuito de analisar previamente o consumo de bens e linhas de crédito, e, verificando a adimplência das famílias. Mensurando assim como a crise pode afetar os índices de concessão de linhas de créditos e o consumo de bens.

CAPÍTULO 1 – A CRISE DO SUBPRIME

1.1 – A Crise do Subprime e o Cenário Político – Econômico dos Estados Unidos

Para que possa ser compreendido o que foi a Crise do Subprime é importante entender o contexto a qual ela se iniciou. Deste modo, será exposto o Cenário Político – Econômico dos Estados Unidos. Para que a estrutura seja mais bem compreendida, é importante entender como é atribuído a cada órgão sua responsabilidade sobre a economia e seu limite de interferência, como por exemplo o Presidente da República e o Banco Central.

Nos EUA tem algumas diferenças em relação a atuação dessas duas entidades na economia, sendo diferente de como é aplicado no Brasil. O FED (Federal Reserve) o Banco Central dos Estados Unidos, é uma entidade autônoma sem ligação com o Presidente. Assim, tomando decisões em relação à economia do país, tendo como uma de suas ferramentas para aplicação de suas decisões, as políticas econômicas.

O Presidente da República dos Estados Unidos tem um papel mais administrativo na federação. Definido como um papel executivo, ele em teoria tem poder para aprovar e vetar leis que são enviadas das Casas do Congresso. Tem autoridade para nomear oficiais executivos e judiciais com o conselho e consentimento do Senado, e se torna comandante em chefe das forças armadas.

Cada um desses agentes econômicos tem seu papel na história que nos faz chegar na Crise do Subprime. O início dela não foi somente uma ação que gerou a grande bolha, mas sim sequências de eventos históricos, desde 2001, que contribuíram para que ocorresse a crise.

Em 11 de setembro 2001, devido ao atentado terrorista, a Dow Jones Industrial Average¹, teve quedas recordes na sua história. Afetando assim, negativamente o mercado acionário, causando um grande impacto para as famílias, pois, o mercado acionário é uma fonte de poupança para a maioria das famílias norte – americanas.

¹ A Dow Jones Industrial Average é um dos indicadores da Bolsa de Nova York, esse índice avalia ações de grandes empresas industriais americanas.

Tendo em vista que o crescimento dos EUA nos anos 90 foi impulsionado pelo mercado acionário, essa queda atingiu diretamente a economia americana. O FED na tentativa de diminuir o impacto da queda do mercado acionário, entrou com políticas econômicas para recuperar a confiança do consumidor e evitar uma recessão prolongada através de políticas monetárias.

Assim, o FED se preocupou com o nível da inflação e diminuiu a taxa de juros para manter a atividade econômica do país em expansão. A economia teve uma resposta positiva em relação às medidas adotadas, contribuindo para reinício da produção industrial e da economia de serviço. Sendo eles as principais fontes de empregos dos americanos.

Mesmo com a economia norte-americana em retomada para a normalidade, seu reaquecimento como exposto no parágrafo anterior, conseguiu reaquecer a economia mundial. Porém, em 2004, após a reeleição de George W. Bush, foi apresentado um corte de impostos e gastos públicos mais volumosos, gerando um crescente déficit para economia.

O aumento nos gastos foi em sua maioria direcionada às forças armadas, justificada pelo atentado em 2001 e atribuída à nova situação geopolítica. Com esse corte de impostos e aumento de gastos públicos, gerou para o ano de 2004, um déficit de 3%, atingindo a dívida pública, cerca de 36% do PIB (Produto Interno Bruto).

O aumento da dívida pública em 2004, contribuiu para o aumento da inflação, sendo esse aumento nas dívidas públicas, geradas pelos altos valores pagos com as forças armadas devido à Guerra do Afeganistão e Iraque. Assim no intuito de reduzi-la, o FED aumentou a taxa de juros, que em 2003 estava a 1%, chegou a 2,25% no final de 2004.

Esse aumento na taxa de juros afetou as famílias norte-americanas devido a um movimento crescente na economia. Ele ocorreu em meados de 2001 a 2003, ou seja, antes da alteração na taxa de inflação, ocasionada devido aos altos níveis de dívidas adquiridas pelo governo com as forças armadas.

Com a compreensão do cenário político – econômico dos EUA, será evidenciado como era o funcionamento do sistema bancário norte – americano, e,

essas informações serão úteis para que possa ser compreendido a situação do país, e o tipo de linha de crédito, que contribuiu para que ocorresse a Crise do Subprime.

Nos Estados Unidos, os bancos trabalham com uma modalidade de crédito chamado hipoteca, sendo ela nada mais que um empréstimo que é colocado como garantia o imóvel. Portanto se o cliente não conseguir honrar seus débitos, o banco irá receber o imóvel como forma de pagamento para quitar os débitos em aberto.

A opção de crédito hipotecário, tanto é utilizada para realizar a compra de um imóvel, quanto para financiamentos ou empréstimos pessoais. Portanto, podia-se utilizar o mesmo imóvel para poder adquirir várias linhas de créditos, não tendo assim regra para a utilização desse bem como garantia.

Quanto ao mercado imobiliário americano, este vinha se expandindo. Em meados dos anos 2001 e 2002, os indivíduos estavam adquirindo mais imóveis. Uns com intuito de obter o imóvel próprio e outros como investimento. Percebendo esse movimento, o FED diminuiu a taxa de juros, que no ano de 2001 iniciou-se em 6% a.a., chegando no ano de 2003 a 1% a.a.

Com essa diminuição na taxa de juros o FED obteve o efeito esperado na economia, e com esse otimismo os bancos concederam mais créditos. Portanto com os juros baixos os indivíduos e empresas gastavam mais, o que acabava injetando dinheiro no mercado e causando um aumento a liquidez da economia,

Além dessa facilidade (juros baixos), nesse período, a maioria dos empréstimos foram concedidos de forma facilitada, ou seja, sem a análise prévia do perfil do consumidor, para identificar se ele teria ou não condições financeiras para arcar com a dívida adquirida.

Então, com o crédito "rolando solto", aumentou o índice de empréstimos e financiamentos. Com os créditos facilitados, qualquer pessoa poderia obter um financiamento. Com isso, surgiram os indivíduos que foram nomeados de "subprimes". Sendo eles, os clientes que tinham renda mais baixa ou pessoas que não conseguiam comprovar facilmente sua renda.

Com os recursos financeiros a disposição, sem muita burocracia e a taxa de juros baixa, houve um aumento na procura por crédito. Mas é importante elucidar que, as famílias vinham sofrendo desde a década de 80 com a estagnação da renda.

Portanto, as famílias aumentavam seu consumo, mas sua renda estava em estagnação, trazendo para elas um orçamento familiar restrito.

Os bancos nessa época tinham também uma prática de lastrear o mercado financeiro nas hipotecas, e as vendiam para outras instituições financeiras, seguradoras, fundo de pensão, dentre outros. Sendo esses lastreamentos negociados no mundo inteiro.

Os imóveis tiveram nessa época uma supervalorização, pois a quantidade de imóveis se manteve praticamente os mesmos, porém a procura pelos mesmos aumentou, isso revelando um movimento de baixa oferta de imóveis e alta demanda de compra.

Com as famílias obtendo financiamentos a quais não tinham condições para adquirir, e a renda das mesmas não tendo aumento, logo o mercado começou a perceber que com isso, os subprimes não tinham condições para pagar suas dívidas.

O aumento da taxa de juros em 2004, causou na economia um estrangulamento financeiro nas famílias. Pois elas não conseguiam adquirir mais créditos e nem honrar com suas dívidas que obtiveram a partir das linhas de créditos hipotecaria.

Dado essa dificuldade financeira, essas famílias começaram a vender suas casas para poder liquidar com suas dívidas, porém nesse momento da economia elas enfrentaram um grande empecilho, o valor do imóvel. Analisando o contexto de forma simples, essas pessoas compraram na época da alta dos valores e estavam querendo vender na baixa. Pois a partir de 2006 os valores dos imóveis começaram a cair.

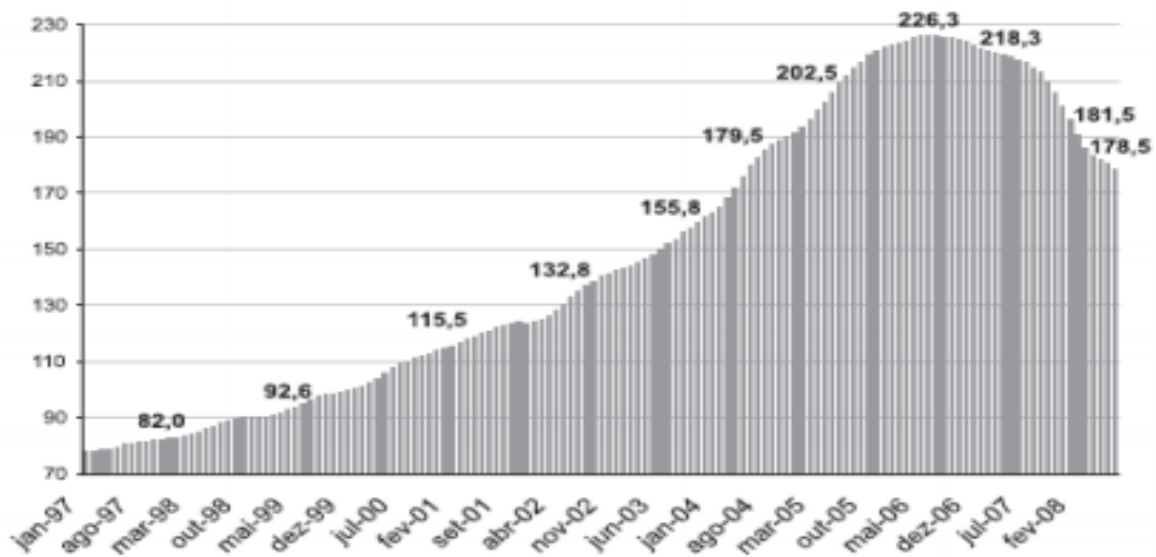
Sendo assim, elas quando adquiriram o imóvel pagaram por exemplo US\$200.000,00; mas quando foi vender encontrou um mercado que queria pagar somente US\$100.000,00. Isso ocorreu, pois pagaram acima do valor que realmente valia o imóvel e quando foi fazer a venda, o valor de negociação estava abaixo do que havia sido pago no momento de aquisição.

Outro agravante, é que nesse período da economia norte – americana, várias pessoas estavam vendendo seus imóveis, sendo invertida a relação de oferta e demanda. Tendo assim, uma oferta de imóveis alta, e uma baixa demanda, o que

justifica o preço de suas propriedades, estarem mais baixos do que foi pago anteriormente

No Gráfico 01, pode-se notar o aumento do índice de preços dos imóveis nos EUA, mostrando em termos quantitativos sobre a supervalorização das propriedades imobiliárias nos anos de 2001 a 2005, e o declínio do valor em meados de 2006.

Gráfico 01 - Índice de Preços dos Imóveis nos EUA, entre 1997 a 2008 (Jan.2000 = 100)



Fonte: Borça e Torres, 2008, p. 135

Como consequência do crédito sem avaliação do cliente, as instituições financeiras que concederam créditos hipotecários de altos riscos, começaram a não receber de seus devedores. Sendo assim, em 2006, várias dessas instituições quebraram, impactando os grandes bancos. Começando assim, a aparecer os primeiros sinais da Crise do Subprime.

1.2 – A Quebra do Lehman Brothers e o Estouro da Bolha

Como citado no tópico anterior, a economia americana vinha à anos com ocorrências históricas, que desencadearam um movimento que causou a Crise do Subprime, entre elas, alta na dívida pública; taxa de juros; empréstimos facilitados;

estagnação de renda; entre outros fatores que contribuíram para que ocorresse a crise.

Neste tópico será aprofundado sobre os bancos norte-americanos, e através de uma linha histórica, chegar até o momento que a bolha é estourada. Sendo também exposto como a quebra de um dos maiores bancos americanos (o Lehman Brothers) contribuiu, para que a bolha fosse estourada, e o porquê sua falência trouxe consequências mundiais.

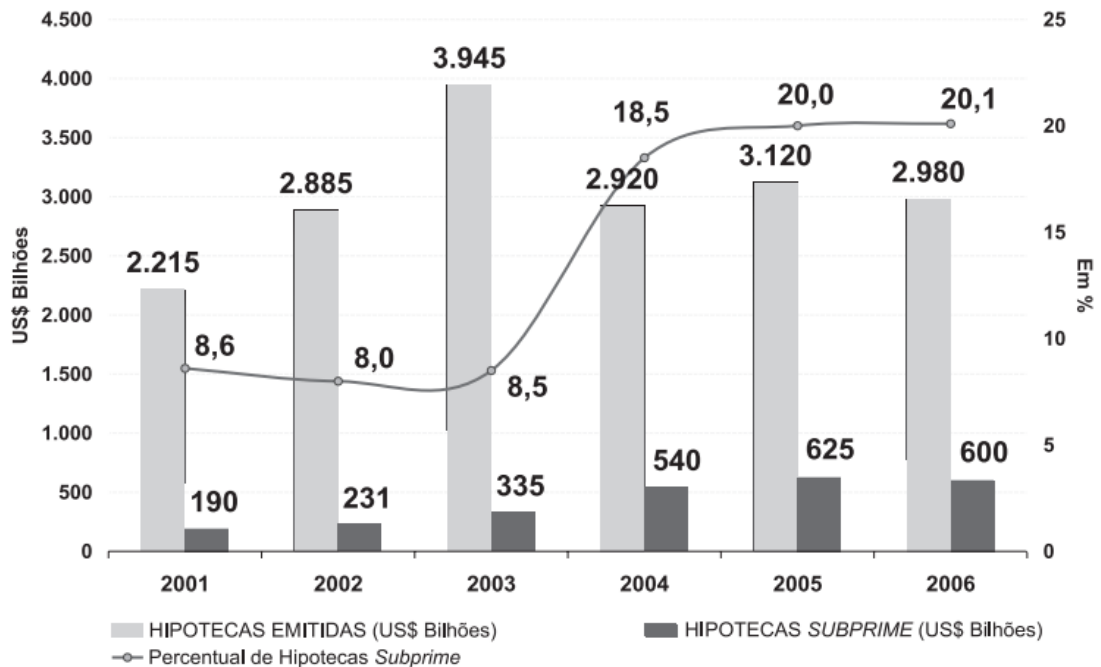
Como já dito, as famílias estavam com a renda estagnada desde a década de 80 e seu consumo só vinha aumentando, ou seja, com o passar do tempo as famílias aumentaram suas dívidas adquiridas, por tanto tendo elevação no seu endividamento e a renda se mantendo constante.

A partir de 2001, com a expansão do mercado imobiliário; a taxa de juros baixa, e créditos facilitados, os indivíduos contraíram mais compromissos financeiros. Esses compromissos adquiridos partiram desde empréstimos hipotecários, até cartões de créditos, e aluguéis de carros. É válido ressaltar que esses créditos eram concedidos tanto para clientes “primes” (que tinham histórico financeiro bom e conseguiam comprovar renda), quanto para clientes subprimes.

Os juros destas linhas de crédito eram taxas pós-fixadas, ou seja, o valor dela é definido conforme a taxa do período de vencimento. Ou seja, o indivíduo contrata um crédito com a taxa a 1%, porém no primeiro vencimento dessa dívida a taxa já subiu para 1,25%, portanto esse indivíduo pagará taxa do vencimento.

Como todas as informações obtidas ficamos com o seguinte questionamento: Como as pessoas com histórico financeiro ruim e dificuldade de comprovação de renda conseguiam pagar seus débitos?

Gráfico 02 - Emissão Total de Novas Hipotecas e Participações das Hipotecas Subprimes



Fonte: Borças e Torres, 2008, p.137

Eles conseguiam honrar suas dívidas através da rolagem, ou seja, elas adquiriam um novo empréstimo dando o mesmo imóvel como garantia, para liquidar seus compromissos anteriores. Mas isso só era possível pois os preços dos imóveis estavam supervalorizados.

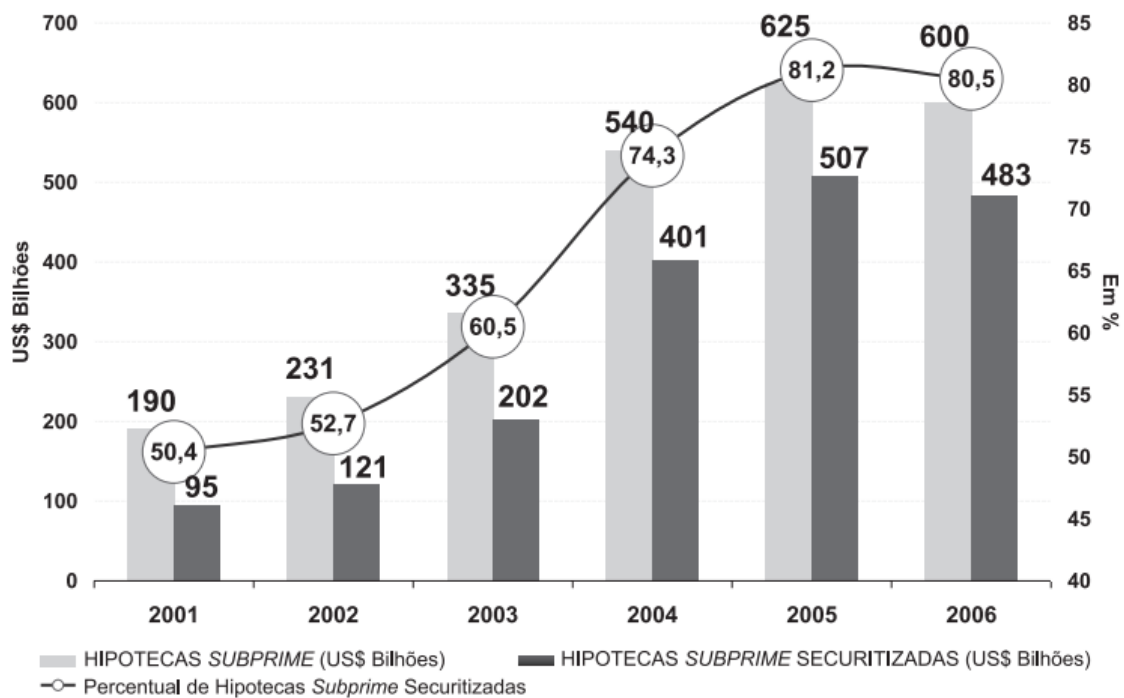
Com base no Gráfico 02, nota-se o aumento das hipotecas subprimes, sendo esse aumento devido, a facilidade ofertada pelo mercado na obtenção de crédito. Com base no gráfico podemos afirmar que essas novas hipotecas do ano de 2001 a 2006 teve um aumento de 215,79%.

Devido a esse processo de rolagem, os bancos que concediam esses tipos de empréstimos, não conseguiam gerar fluxo de caixa. Com isso eles criaram a securitização para esses créditos. Sendo assim, essas dívidas viravam títulos negociados no mercado financeiro internacional, sendo o seu valor aproximadamente cinco vezes maior que o valor da dívida original.

Com base no Gráfico 03, podemos correlacioná-lo com o Gráfico 02. Pois da mesma forma que os empréstimos subprimes aumentaram, a securitização dos

empréstimos também aumentou, mostrando uma relação direta entre eles e nos expondo que, ao invés dos bancos reduzirem os níveis desses empréstimos, conforme ficavam sem fluxo de caixa, eles mantiveram seu nível de empréstimos e securitizavam cada vez mais.

Gráfico 03 - Percentual de Hipotecas Subprime Securitizadas



Fonte: Borça e Torres, 2008, p.137

Atualmente absorvendo essas informações, pode-se até gerar uma certa incredulidade no acontecido, pois a economia mundial tinha experiência com títulos de rendimentos altos com a Crise de 1929 (A Grande Depressão – Crise Financeira).

Essa confiabilidade nos títulos, vinham devido o aval das Agências Internacionais de Classificação de Risco, que deram a esse título a classificação – AAA – sendo ela à aprovação máxima. Tornando esses valores tão sólidos tanto quanto o Tesouro dos EUA, e com essa avaliação o título passou a ser disputado por investidores; fundos de investimentos; e bancos.

O mercado confiou de tal forma nos títulos, que eles passaram a ser usados como garantia para novos empréstimos bilionários. Com isso pode-se ver a crescente da bolha imobiliária, pois novos empréstimos bilionários tinham como garantia os

títulos, que por sua vez estavam lastreados nas dívidas de financiamentos hipotecário, que tinha como garantia um imóvel.

E foi pela garantia do empréstimo ser um imóvel que essa securitização falhou. Pois em 2004, com o aumento da dívida pública como foi exposto no tópico anterior, o FED aumentou a taxa de juros, e com esse aumento houve um impacto direto nas famílias.

Impacto provenientes dos créditos, pois tinham taxa pós – fixada. Causando a elas, dificuldade em honrar com seus empréstimos, e gerou inadimplência em massa nos EUA. Com essas informações gera um novo questionamento: Por que elas não fizeram novamente a rolagem?

O aumento na taxa de juros, trouxe consigo uma baixa nos preços do imóvel, impossibilitando assim as famílias fazerem uma rolagem, pois eles só conseguiram realizar a rolagem anteriormente, devido o valor dos imóveis serem mais altos, portanto, cobria o valor do empréstimo, mas agora com a baixa do preço dos imóveis retomando a precificação normal, não era suficiente para cobrir o montante requerido antes.

A partir de 2006, com a inadimplência em massa e baixa no preço dos imóveis, levou vários bancos a situação de insolvência e isso impactou na bolsa de valores. Em 2007, com o início da crise hipotecária, os agentes econômicos tiveram uma crise de confiança no sistema financeiro e na liquidez bancária. Pois mesmo bancos que não adquiriram os títulos foram atingidos.

Em agosto de 2008, como medida de tentar conter o impacto da crise, a FNMA (Federal National Mortgage Association) e a FHLMC (Federal Home Loan Mortgage), sendo elas as gigantes do mercado de empréstimos pessoais e hipotecas, foram estatizadas, pois estavam quebradas e essa foi uma forma que o governo encontrou de minimizar os impactos da crise, sendo o governo obrigado a injetar cerca de 200 bilhões de dólares.

Logo após a estatização o anúncio das gigantes FNMA e FHLMC, o quarto maior banco de investimentos americano Lehman Brothers, declarou falência. Essa declaração afetou o mundo inteiro, e deixou a segunda-feira do dia 15 de setembro conhecida com a “segunda-feira negra”.

O Lehman Brothers tinha uma atuação de seus serviços em âmbito global, além de sua sede em New York, tinha uma sede Londres e Tóquio, também tinha escritório em todo o mundo e também suas filiais não americanas já foram responsáveis por mais de 50% da receita global produzida.

Com a injeção de quase 1 trilhão de dólares na economia, para ajudar as instituições financeiras a saírem de sua situação de insolvência, o Tesouro Nacional fechou as portas no caso do Lehman Brothers, essa atitude do governo acabou sinalizando para o mercado que dias piores, estariam por vir.

“[...] no mercado financeiro desregulamentado de finanças globalizadas, os bancos mantêm ativos de outras instituições financeiras em seu portfólio, de forma que a quebra de um banco de grande porte não deixa de causar perdas em outras instituições. O temor dessas perdas, mesmo que tarde a aparecer nos balanços, leva 33 os investidores à “fuga para a qualidade”, com a venda das ações das empresas financeiras em busca do porto seguro dos títulos públicos. O pior é que a própria “fuga para a realidade”, ao retirar recursos do mercado de títulos privados para títulos públicos, reduz o valor em bolsa e fragiliza as instituições financeiras, aumentando o risco de novas quebras.” (GONTIJO e OLIVEIRA, 2011, p. 69)

Como citado acima, segundo Gontijo e Oliveira (2011), a quebra de um banco de porte grande, afeta outras instituições, e no caso do Lehman Brother não foi diferente. O Merrill Lynch foi adquirido pelo Bank of America, no valor de 33% do valor de mercado, se não fosse essa aquisição o Merril Lynch teria declarado insolvência. Válido ressaltar que esse problema de liquidez, está relacionado com a carteira que era constituída de títulos falidos e concessão de empréstimo de alto risco.

Um dia após o pedido de falência do Lehman Brother, houve queda em várias bolsas do mundo inteiro. Esse anúncio impactou diretamente os índices americanos da bolsa de valores (Dow Jones e NASDAQ), sendo a queda expressamente de 4,42% e 3,59%.

Vários países também registraram quedas em suas bolsas, como por exemplo a bolsa de Paris que caiu 3,78%. Nesse processo os países emergentes e em desenvolvimento também sofreram impactos no dia 16 de setembro, como por exemplo a IBOVESPA que caiu 7,59%.

Com receio de um efeito dominó os Bancos Centrais injetaram liquidez no mercado interbancário, na tentativa que essa crise não se ampliasse a nível mundial de forma grave, gerando grandes estragos na economia.

Como medida os bancos centrais do mundo se uniram e conseguiram injetar 500 bilhões de dólares na economia, aumentando assim a liquidez dos bancos e no mesmo dia o FED anúncio que tinha a elaboração de um plano, a qual iria utilizar 1 trilhão de dólares para poder eliminar esses créditos podres da economia.

Após mais ou menos uma semana depois da “segunda-feira negra”, foi apresentado ao Congresso Nacional Norte – Americano, com cerca de três páginas, um plano de resgate ao sistema financeiro, formulado por Henry Paulson (Secretário do Tesouro Nacional). Esse plano intitulado pelas mídias de Plano Paulson, tinha como objetivo que fosse empregado cerca de 700 bilhões de dólares.

Porém o plano não foi aprovado, devido as seguintes críticas:

- Ausência de normativas relativas à utilização dos recursos na compra de ativos tóxicos;
- Imunidade legal durante dois anos aos funcionários do Tesouro e aos gestores dos títulos independentemente de suas condutas durante o período;
- Ausência de políticas de auxílio à classe média ou baixa que estava em débito com alguma instituição financeira;
- Ausência de mecanismos de proteção ao contribuinte, garantindo assim a correta utilização de recursos públicos;
- Aprovação do aumento do teto de endividamento do governo em 6%, passando a ser equivalente a 75% do PIB americano;
- E a completa ausência de planos de repressão às remunerações surreais que eram recebidas pelos executivos das instituições que agora seriam resgatadas pelo Plano. (Gontijo e Oliveira, 2011, p. 73)

Esse plano estava sendo aguardado pelo mercado como tentativa de amenizar as negativas expectativas do mercado. Em 20 de setembro foi rejeitado pela câmara pela segunda vez. Com isso, sem perspectiva de melhoras no mercado, o mercado teve quedas acentuadas na bolsa de valores. Em 30 de setembro, o índice Dow Jones

caiu 6,98%, enquanto em Paris teve uma queda de 5,04% e 9,36% em São Paulo (Gontijo e Oliveira, 2011, p. 75).

Com isso, ver-se que com quebra do Lehman Brothers e o posicionamento do governo americano de não o ajudar, tornou o mercado não confiante e a baixa liquidez do sistema financeiro, resultou em uma crise mundial, afetando não só os EUA, mas a Europa em sua maioria.

1.3 – Os Impactos da Crise do Subprime no Cenário Mundial

Obviamente pode-se concluir, que a Crise do Subprime não foi um evento repentino, mas sim eventos que foram se acumulando, e não somente os EUA sofreu com a crise, mas também o restante do mundo sofreu. Um dos continentes que foi afetado grandemente foi a Europa.

Em setembro de 2008, com a quebra do Lehman Brothers, a bolha imobiliária que vinha sendo constituída, estourou. E o mercado internacional entrou em recessão. Após o primeiro dia da declaração, o mundo vivenciou quedas muito brutas na bolsa de valores, como por exemplo a Dow Jones nos EUA, em Paris, Londres e no Brasil.

Esses países provaram do estouro da bolha em sua pior versão. Pois cinco dias depois da queda imediata das bolsas de valores, na “segunda-feira negra”, com a recusa do congresso americano ao Plano Paulson, em 20 de setembro, o mercado experimentou de um declínio acentuado nas bolsas mundiais.

Através da Crise do Subprime é possível notar dos efeitos da globalização nas economias, pois um problema no mercado financeiro mobiliário americano afetou todo o mundo, pois estavam atrelados um ao outro, por meio da securitização.

Os papéis eram comercializados mundialmente, sendo lastreado em créditos hipotecários, ou seja, firmado em um crédito próximo a falência. Desta forma afetando vários investidores no mundo, causando a eles, perda nos seus valores investidos

E não podendo esquecer que esses investidores sofreram duas vezes, a primeira foi devido ao crédito “podre” comercializado e a segunda foi a queda da bolsa,

causando perda em outros títulos e/ou ações adquiridas que foram perdendo seu valor.

E foi com essa grande bola de neve que a falência de um dos quatro maiores bancos de investimentos, fez com que o mundo entrasse em crise e sofresse com as consequências dessa concessão de crédito facilitada, trazendo danos que demoraram a ser corrigidos.

Pois como o Lehman Brothers era um banco de investimento, ele comprou vários desses créditos, além de também ceder empréstimos hipotecários, sofrendo assim duas vezes com os impactos da crise que já vinha se concretizando. Outro agravante que fez com o mundo ficasse impactado, foi devido as várias filiais que ele tinha espalhado pelo mundo.

É importante salientar que a Europa vinha sofrendo desde 2007, com grandes impactos do princípio da crise. Começando no início do ano, com o banco HSBC anunciando perdas com as operações imobiliárias, e com a empresa New Century Financial quebrando, e a partir de então foi somente aumentando os desastres, conforme relatado por Gontijo e Oliveira (2008):

a) em maio, anunciou-se o fechamento do hedge fund², depois de ter perdido US\$ 125 milhões pela UB³; no mesmo mês, a Moody's, anunciou a queda na classificação de 62 tranches com base em 21 MBS⁴;

b) em junho, a Bear Stearns fez o anúncio do resgate de dois dos seus hedges funds e, no dia 18 do outro mês, advertiu investidores que perderiam dinheiro em fundos de derivativos de hipoteca;

c) nos mesmos meses, a Fitch Ratings, a Standard & Poor's e a Moody's anunciaram que estavam degradando todos os derivativos de hipotecas de AAA para A+ (quatro graus abaixo);

² Hedge Fund é um fundo de investimento livre, sendo assim uma alternativa aos investidores tradicionais, com graus de riscos variados.

³ UBS é a sigla de UBS Group AG. Ela é uma empresa de serviços financeiros, sendo uma das principais empresas em gestão de fortunas, banco de investimento e corretagem de valores mobiliários e investimentos.

⁴ MBSs é a sigla para Mortgage Backed Securities era os ativos lastreados em hipotecas, feitas a partir de empréstimos segurados pela FHA.

d) nesse período, o banco hipotecário norte-americano Country Side registrou pesadas perdas;

e) em 6 de agosto, a American Home Mortgage Investment Corporation, anunciou falência, em razão de uma corrida contra seus depósitos;

f) no dia seguinte, o banco alemão IKB Deutsche Industrie Bank AG, que havia sofrido inúmeras perdas, foi resgatado pelo seu maior acionista, a KfW Banken Gruppe;

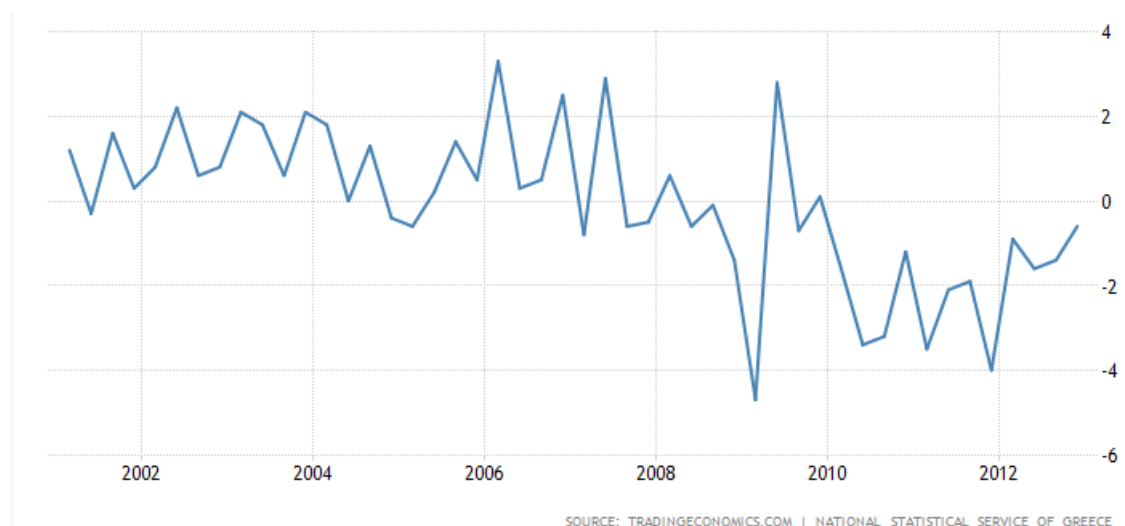
g) no dia 9 do mesmo mês, o BNP Paribas Investment Partner congelou cerca de US\$ 2,73 bilhões de três de seus hedges funds, relatando não ter condições de avaliar os CDOs em carteira;

h) oito dias depois, o banco alemão Sachsen LB deixou de fornecer a liquidez demandada pelo seu veículo Ormond Quay, incorporada, no final do mês, pelo Landes Bank Baden-Wurttenber

Pode-se notar que a Europa vinha sofrendo com o princípio da crise e com isso, muitas economias europeias estavam se sustentando no limite. Como exemplo dessas economias europeias, será exposto a Grécia, e Portugal, como países que estavam em seu limite.

O Gráfico 04 mostra sobre o PIB da Grécia. Através dele, pode-se notar que é

Gráfico 04 - PIB da Grécia (2002 a 2012) – (Bilhões de Dólares)

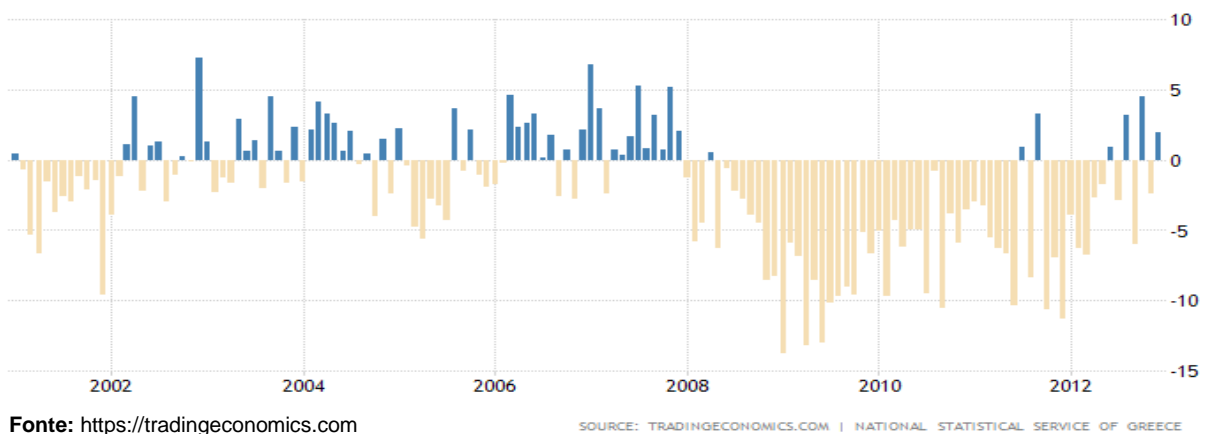


Fonte: <https://tradingeconomics.com>

uma economia instável, pois ela apresenta de 2002 a 2012 vários períodos de depressão, e recuperação, tornado durante o gráfico um período recorrente.

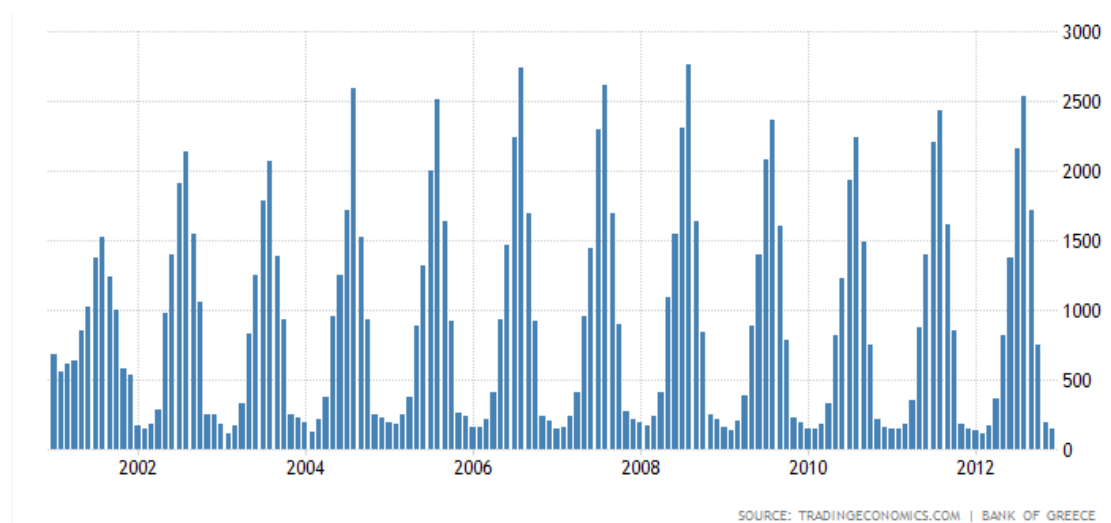
A Grécia também estava passando por um período de dificuldade de produção industrial, como pode-se ser visto através do Gráfico 05, nele é bem nítido que o país não conseguia manter seus níveis de produção, trazendo consigo mais uma dificuldade de manter a economia em bom funcionamento

Gráfico 05 - Produção Industrial da Grécia (%) - 2002 a 2012



Comparando o Gráfico 06 com o Gráfico 04, nota-se que a Grécia é um país que depende diretamente a receita obtida através de turismo. Tendo assim, uma

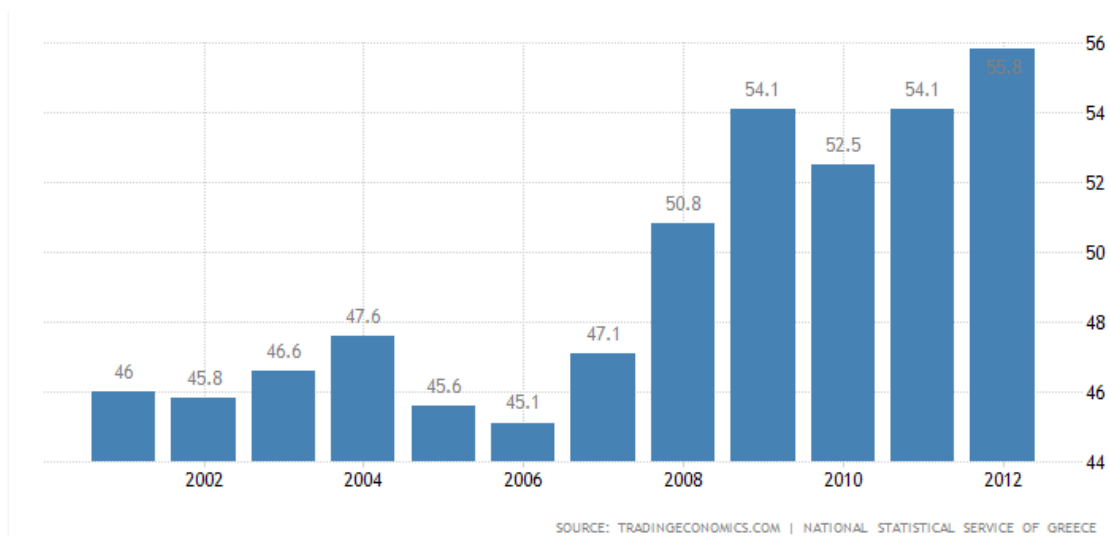
Gráfico 06 - Receita com Turismo (Milhões de Euros) - Grécia 2002 a 2012



economia fragilizada, pois, como pode-se ver no Gráfico 06, o ano de 2008 foi um ano ruim para turismo em relação aos outros anos, o que comprometeu bastante as dívidas públicas.

Pois, além da baixa procura do turismo, teve as intervenções do governo em relação a Crise do Subprime, causando para a economia no ano de 2008, uma dívida que equivale 50,8% do PIB, como mostra o Gráfico 07 abaixo.

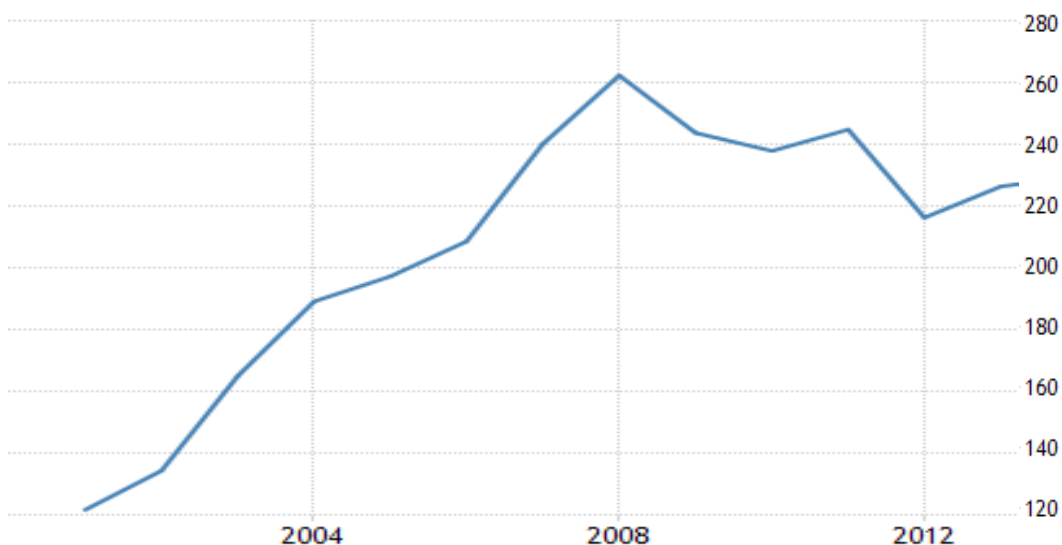
Gráfico 07 - Dívida Pública em Relação do PIB (%) - Grécia 2002 a 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Na Europa, Portugal também teve sua economia afetada. Com o mercado internacional em boa situação, entre 2004 a 2008, o PIB de Portugal conseguiu

Gráfico 08 - PIB de Portugal (2002 a 2012) - (Bilhões de Dólares)

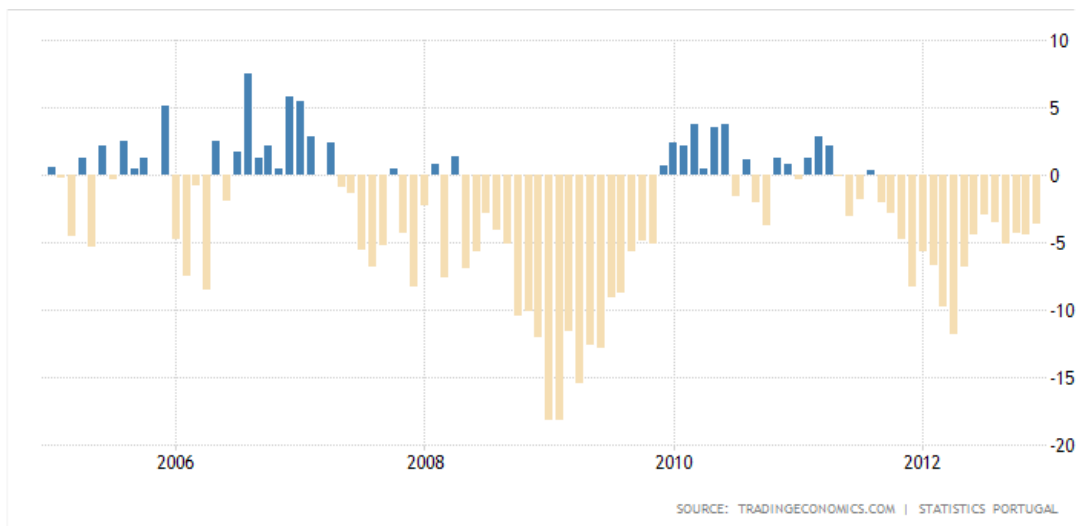


Fonte: <https://tradingeconomics.com>

crescer. Porém, como pode-se ver no Gráfico 08, a partir de 2008 ele começa a cair, não sendo uma queda tão bruta igual foi na Grécia, como visto no Gráfico 04, mas foi uma queda bastante significativa.

No Gráfico 09, mostra que assim como a Grécia, Portugal não tem uma produção industrial forte. Em maior parte do período analisado, a produção mantém significativamente negativa, intensificando ainda mais a questão da fragilidade da produção industrial.

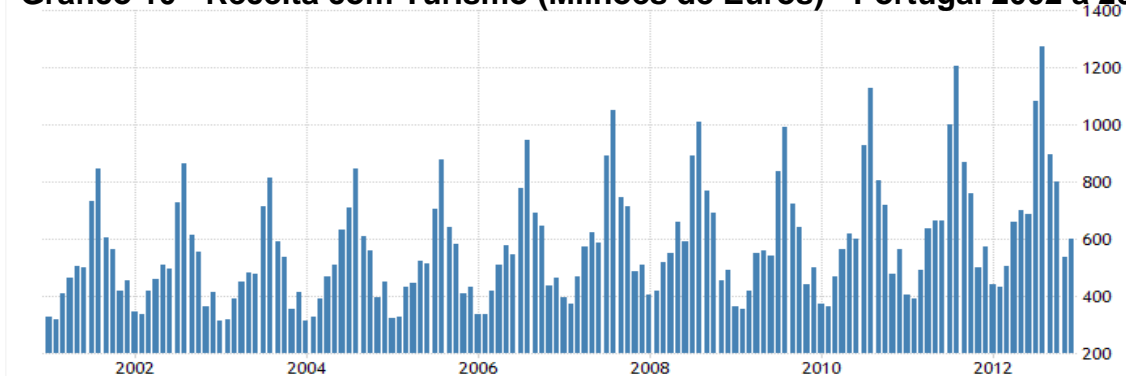
Gráfico 09 - Produção Industrial de Portugal (%) - 2002 a 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Já no Gráfico 10, consegue ser notado que em 2008, a economia portuguesa,

Gráfico 10 - Receita com Turismo (Milhões de Euros) - Portugal 2002 a 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

não teve uma diminuição tão bruta na sua receita de turismo, mas é notório através do Gráfico 11, que Portugal teve um aumento nas dívidas públicas, atingindo um aumento de 12,2% no ano de 2009, em relação a 2008.

Gráfico 11 - Dívida Pública em Relação do PIB (%) - Portugal 2002 a 2012



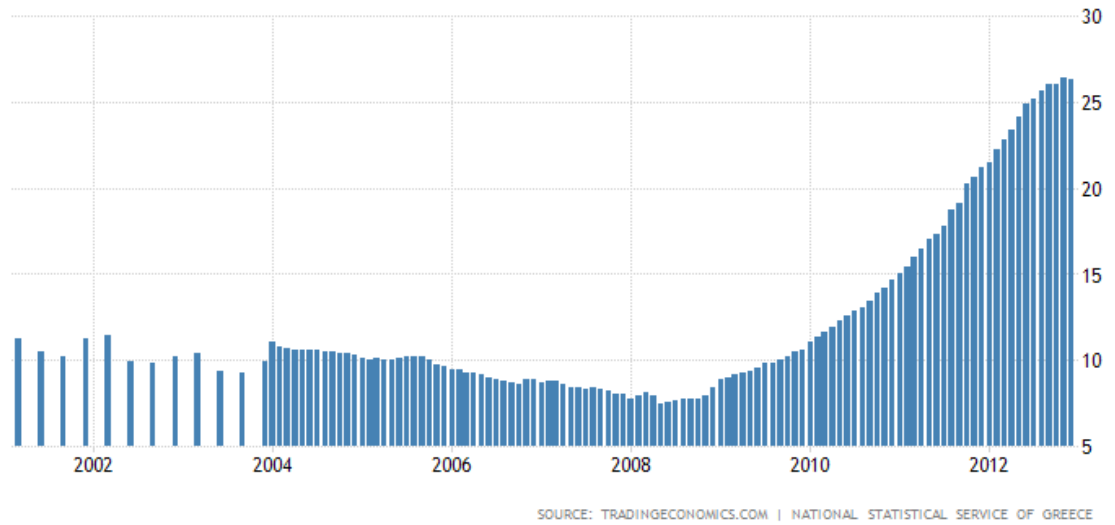
Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Portanto, pode ser visto que Portugal se encontrava em uma situação semelhante da Grécia, sendo um país com baixa produção industrial e dependente do turismo. Também se mostrando um país que estava no limite. Podendo ser notado que desde 2008 esses países não conseguiram se recuperar.

Portanto, com o Subprime esses países acabaram desabando e entrando em um declínio maior. Acarretando assim, diversas consequências que perduram até os dias de hoje e ainda as fazem enfrentar dificuldades orçamentarias para se reerguer, pois, não conseguiram retomar seu padrão de produção industrial ao normal.

Uma prova clara da não retomada de sua produção normal, é o crescente aumento da taxa de desemprego, como mostram os Gráficos 12 e 13. Pode-se fazer essa afirmativa, embasada na Lei de Okun, que traz a relação inversamente proporcional entre a taxa de desemprego e a produtividade de uma economia (PIB).

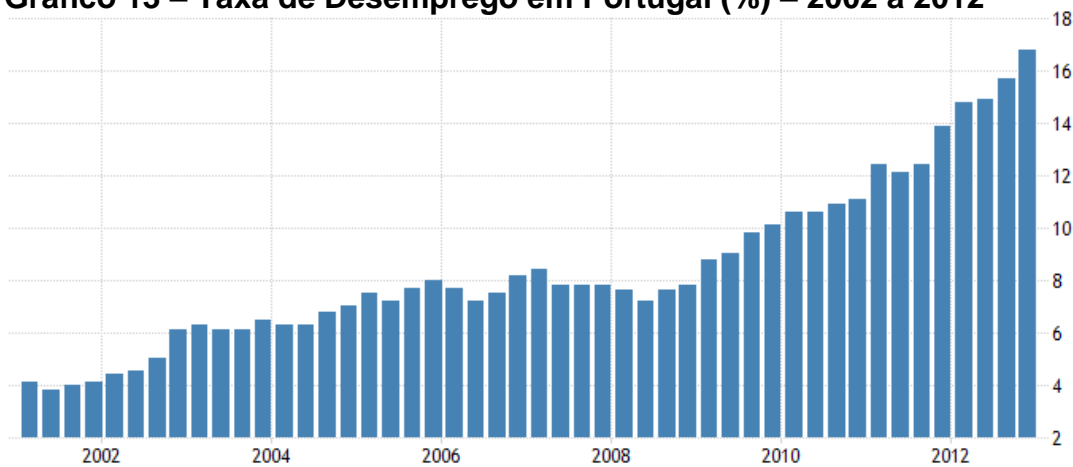
Gráfico 12 – Taxa de Desemprego em Grécia (%) – 2002 a 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Em uma breve comparação entre os Gráficos 04 e 12, e, os Gráficos 08 e 13. É possível ver, que no ano de 2007, através dos Gráficos 04 e 08, que o PIB da Grécia e de Portugal estava aumentando. No mesmo período os Gráfico 12 e 13, mostram que, a taxa de desemprego estava diminuindo. Podendo assim notar, que conforme o PIB aumenta, há uma redução na taxa de desemprego.

Gráfico 13 – Taxa de Desemprego em Portugal (%) – 2002 a 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

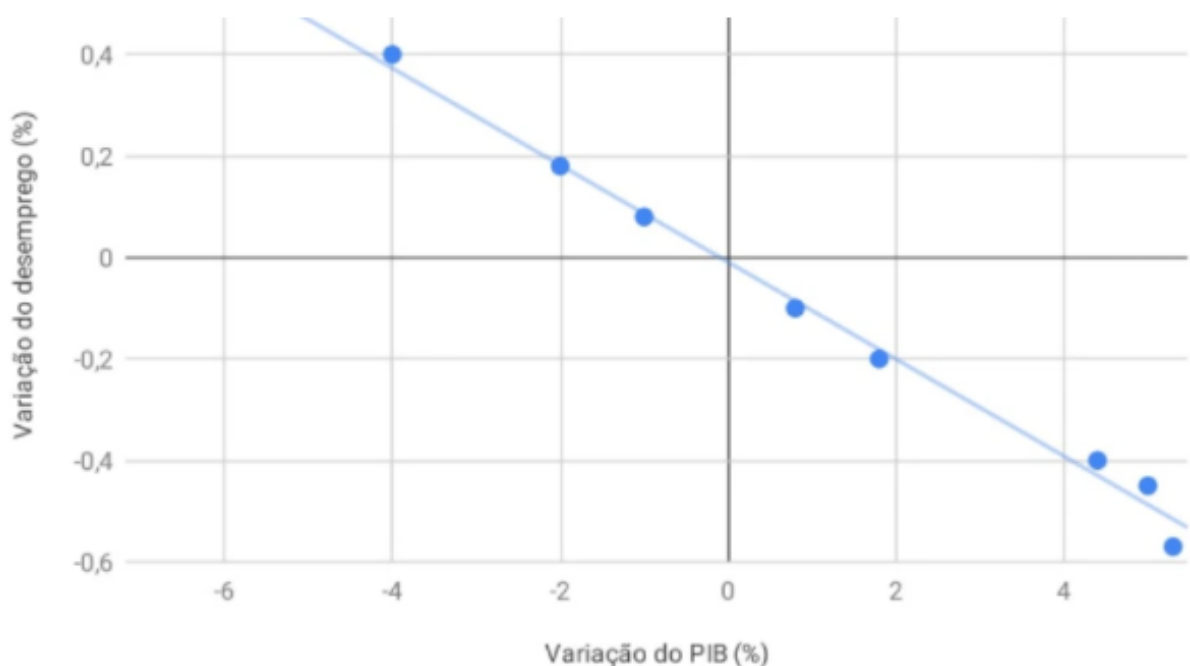
CAPÍTULO 2 – LINHAS DE CRÉDITOS E CONSUMO DE BENS

2.1 – Lei de Okun

A Lei de Okun, foi desenvolvida em 1962, pelo economista Arthur Okun, ele trabalhava no Comitê de Conselheiros Econômicos do Presidente americano John Kennedy, como o Chefe do comitê. Okun deu início ao seu estudo pois ele queria saber quanto a economia precisaria crescer para que a taxa de desemprego caísse.

A Lei de Okun, mostra que a diferença entre a taxa de desemprego e a taxa natural do desemprego é proporcional ao hiato do produto⁵. Ele descreve a relação entre a mudança na taxa de desemprego e crescimento do produto nacional bruto, como uma relação linear, como pode-se ver no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Variação do Desemprego em Relação com a Variação do PIB



Fonte: A Lei de Okun e o Brasil, SILVA, Roseli

Segundo Okun, a cada porcentual de diminuição do desemprego, o PIB real cresce em três por cento. No Gráfico 14, pode-se notar claramente essa

⁵ Hiato do Produto é a diferença entre o PIB corrente e o PIB potencial, podendo ele ser negativo ou positivo

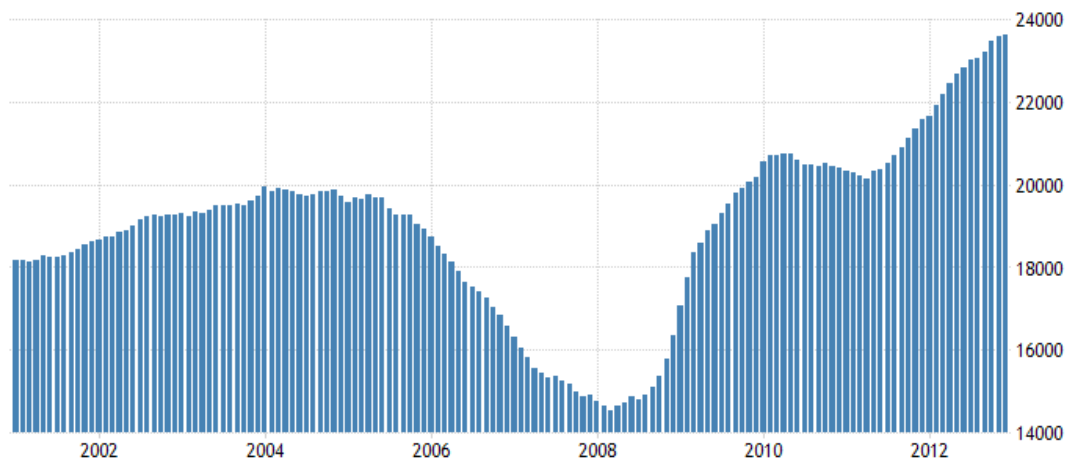
relação. Em qualquer ponto na linha, se houver uma redução na variação de desemprego haverá um aumento na variação do PIB. É importante ressaltar que com base em seus estudos Okun encontrou a proporção que a cada ponto percentual de diminuição do desemprego, o PIB rela cresce em três por cento.

O aprofundamento da Lei de Okun foi baseada em dados na década de 1950 e suas proporções são válidas somente para economias com a taxa de desemprego entre 3 e 7,5%.

Mas não é porque as proporções são válidas para determinadas variações de taxa de desemprego, que invalida a relação taxa de desemprego e o PIB. Você deve estar se perguntando, qual é a ligação da Lei de Okun com a Crise do Subprime?

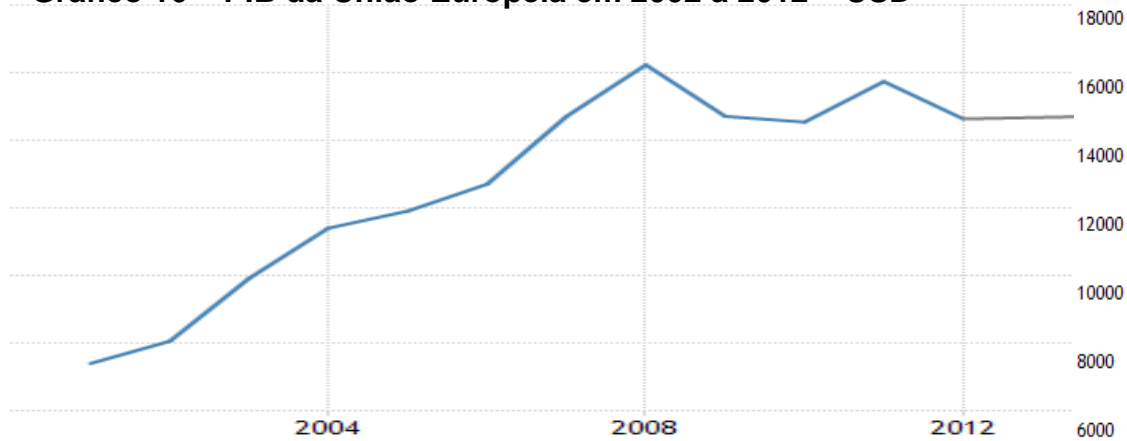
Sabe-se que em 2008, com a quebra do Lehman Brother, o mundo foi impactado, e quando a economia recebe esse choque de uma recessão os primeiros a sofrerem com esse impacto são os trabalhadores. Como pode-se ver

Gráfico 15 – Número de Pessoas Desempregadas na União Europeia – 2002 a 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

no Gráfico 15, a partir de 2004, a União Europeia vinha com uma redução no número de pessoas desempregadas e após 2008, essa quantidade voltou a aumentar.

Gráfico 16 – PIB da União Europeia em 2002 a 2012 – USD

Fonte: <https://tradingeconomics.com>

E assim como exemplo da Lei de Okun, no Gráfico 16, nota-se que em 2008 a União Europeia estava com valor do PIB em seu ápice, sendo o maior dos últimos anos, chegando a USD 16,23 bilhões. Porém, com o efeito da Crise, houve uma queda, atingindo em 2009 um PIB de USD14,708 bilhões, sendo aproximadamente uma queda de 9,41%.

E como consequência, de uma economia que não está crescendo, com o aumento no número de desempregados e uma crise mundial; a insegurança do consumidor aumentou. Devido à incerteza do mercado, o indivíduo diminuiu seu consumo, para poder poupar como mostra o Gráfico 18, na intenção de ter uma

Gráfico 17 – Gastos do Consumidor na União Europeia – 2008 a 2012

(Bilhões de Euros)

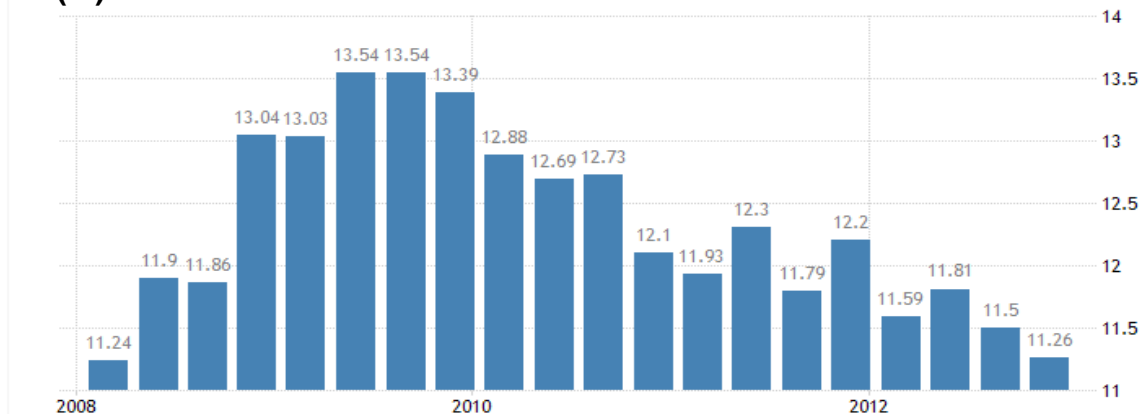


Fonte: <https://tradingeconomics.com>

segurança financeira, e a diminuição do consumo é claramente observado, através do Gráfico 17.

Como pode ser observado no Gráfico 17, em 2008 o consumo atingiu um valor de € 1,62 bilhão. Porém após 2008, o consumo entrou em declínio, atingindo em 2009, €1,59 bilhão, o que equivale aproximadamente uma queda de 1,54%.

Gráfico 18 – Poupança Pessoal dos Indivíduos da União Europeia – 2008 a 2012 (%)



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Nota-se então, através dos Gráficos 17 e 18, que as famílias pararam de consumir e começaram a poupar. Portanto, através da Lei de Okun pode-se ver, que a economia tem seus indicadores interligados. Pois quando uma economia tem um aumento nos números de desempregados, conseqüentemente o consumo diminui, assim, diminuindo o PIB.

2.2 – Teoria do Consumidor

A Teoria do Consumidor é uma parte da microeconomia. A teoria do consumidor, visa analisar o comportamento do indivíduo mediante as operações de trade-offs (quando há conflito de escolhas), ou seja, analisar o comportamento do consumidor perante as mudanças. E essa análise leva em consideração vários pontos, dentre ele está ambiente, renda e/ou preferencias.

Portanto, é possível compreender o comportamento do consumidor quando analisado em 3 etapas:

1. Preferências do consumidor: a primeira etapa consiste em encontrar uma forma prática de descrever por que as pessoas poderiam preferir uma mercadoria a outra [...]

2. Restrições orçamentárias: obviamente, os consumidores devem também considerar os *preços*. Por isso, na segunda etapa levaremos em conta que os consumidores têm uma renda limitada, o que restringe a quantidade de bens que podem adquirir [...]

3. Escolhas do consumidor: dadas suas preferências e a limitação da renda, os consumidores escolhem comprar as combinações de bens que maximizam sua satisfação. Essas combinações dependerão dos preços dos vários bens disponíveis. Assim, entender as escolhas nos ajudará a compreender a *demanda* — isto é, como a quantidade de bens que os consumidores escolhem para comprar depende de seus preços (PINDYNCK E RUBINFELD, 2014).

Tabela 01 – Cesta de Mercado Alternativas

Cesta de mercado	Unidades de alimento	Unidades de vestuário
<i>A</i>	20	30
<i>B</i>	10	50
<i>D</i>	40	20
<i>E</i>	30	40
<i>G</i>	10	20
<i>H</i>	10	40

Fonte: Pindyck e Rubinfeld, 2013. P. 68

Fica a pergunta, como pode-se saber a preferência do consumidor? Primeiro é assumido que um conjunto de produtos será preferido a alguns consumidores e para outros será indiferente.

Esse conjunto de produtos é chamado de cesta de mercado, nessa cesta o indivíduo faz uma combinação de itens e essas combinações são feitas pelo consumidor de forma que maximizam sua satisfação, conforme mostra na Tabela 01.

Existem três premissas básicas sobre os indivíduos terem preferências a uma cesta ao invés de outra, Pindyck e Rubinfeld (2014), acredita que essas premissas sejam válidas para a maioria das pessoas em maior parte das situações. Que segundo eles essas premissas são:

1. Integralidade (plenitude): assume-se que as preferências são *completas*. Isso significa, em outras palavras, que os consumidores podem comparar e ordenar todas as cestas de mercado. Assim, para quaisquer duas cestas *A* e *B*, um consumidor pode

preferir *A* a *B*, ou preferir *B* a *A* ou ser indiferente a qualquer uma das duas. Com *indiferente* queremos dizer que qualquer uma das cestas deixaria o indivíduo igualmente satisfeito. Observe que essas predileções não levam em conta os preços. Um consumidor poderia preferir bife a hambúrguer, porém compraria o segundo por ser mais barato.

2. Transitividade: as preferências são *transitivas*. Transitividade significa que, se um consumidor prefere a cesta de mercado *A* a *B* e prefere *B* a *C*, então ele também prefere *A* a *C*. Por exemplo, quando se prefere um Porsche a um Cadillac e um Cadillac a um Chevrolet, então também se prefere o Porsche ao Chevrolet. Em geral, a transitividade é encarada como necessária para a consistência das escolhas do consumidor.

3. Mais é melhor do que menos: presumimos que todas as mercadorias são desejáveis — isto é, são *benéficas*. Em consequência, *os consumidores sempre preferem quantidades maiores de qualquer mercadoria*. Assim, eles nunca ficam completamente satisfeitos ou saciados; *mais é sempre melhor, mesmo que seja só um pouquinho melhor*. Essa premissa é adotada por motivos didáticos: ela simplifica a análise gráfica. Decerto, algumas mercadorias poderão ser indesejáveis, como as que provocam a poluição do ar; os consumidores preferirão sempre menos delas. Ignoramos tais mercadorias indesejáveis no contexto de nossa presente discussão sobre escolha do consumidor, pois a maioria dos consumidores não escolheria adquiri-las [...]

Além de suas preferências o indivíduo ele tem restrições orçamentarias, ou seja, ele tem que levar em consideração a sua renda, e através da linha do orçamento o indivíduo pode combinar a quantidade de cada item que pode consumir. Portanto, será assumido que o indivíduo consome toda sua renda disponível em produtos de uma cesta que nesse caso iremos assumir que ele consumirá dois produtos, alimentos e vestuários.

Com isso pode-se assumir a seguinte equação:

$$P_v V + P_A A = I$$

Onde:

P_v = Preço do vestuário

V = Quantidade adquirida de vestuário

P_A = Preço do alimento

A = Quantidade adquirida de alimento

I = Renda Fixa

Portanto, assumindo um indivíduo que possui uma renda semanal de US\$80, com o custo por unidade de vestuário US\$2 e o custo por unidade de alimento US\$1. Pode-se assumir que ele poderá ter a cesta com variadas quantidades conforme exemplificado na Tabela 02.

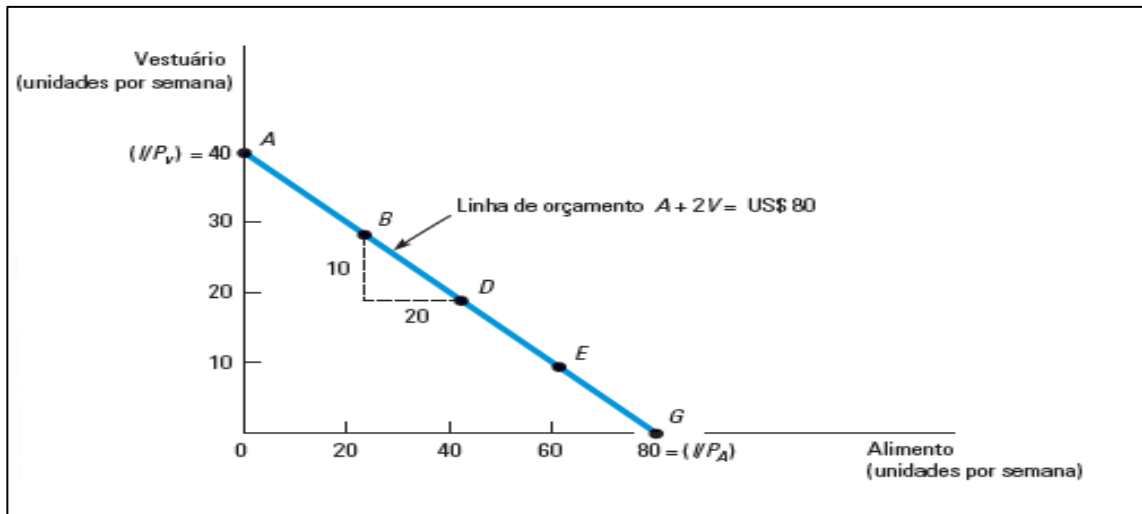
Tabela 02 – Cesta de Mercado e a Linha de Orçamento

Cesta de mercado	Alimento (A)	Vestuário (V)	Despesa total
A	0	40	US\$ 80
B	20	30	US\$ 80
D	40	20	US\$ 80
E	60	10	US\$ 80
G	80	0	US\$ 80

Fonte: Pindyck e Rubinfeld, 2013. P. 81

Desta forma, se for colocado as combinações dos itens em um gráfico, ao ser feita a ligação entre os pontos é encontrado a longo do tempo uma linha de orçamento reta entre o ponto A ao G, como pode ser visto na Figura 01.

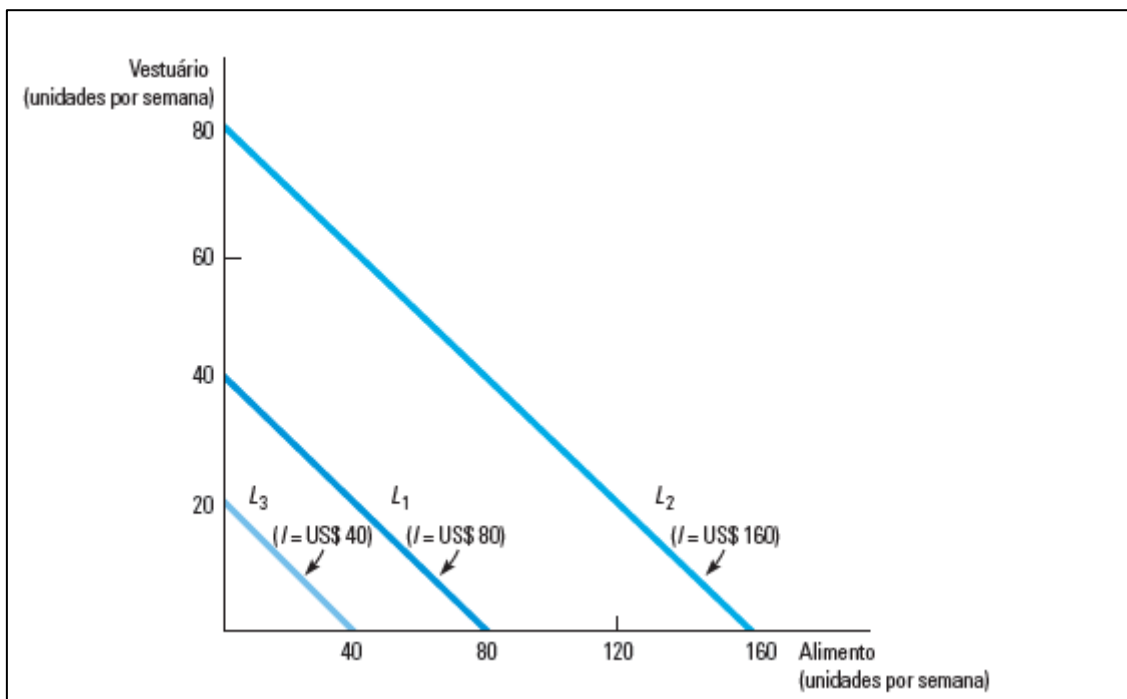
Figura 01 – Linha de Orçamento



Fonte: Pindyck e Rubinfeld, 2013. P. 81

Com isso define-se que a linha de orçamento é um conjunto de combinações dos bens que o indivíduo pode adquirir. Mas é válido ressaltar que a linha de orçamento pode se deslocar para direita ou para esquerda. Significando um aumento ou diminuição da renda desse indivíduo, e gerando novas combinações de quantidade

Figura 02 – Efeitos de uma Modificação na Renda Sobre a Linha de Orçamento



Fonte: Pindyck e Rubinfeld, 2013. P. 82

2.3 – Relação Crédito e Consumo de Bens

Nesse tópico será analisado a relação crédito X consumo de bens, para poder compreender como a variação do crédito pode afetar no consumo de bens, seja ela de forma positiva ou negativa, e como essa relação pode impactar na economia. Para isso é importante entender o significado de crédito. A sua definição literal do Dicionário Aurélio é:

1. confiança, crença fundada nas qualidades de uma pessoa ou coisa; segurança de que alguém ou algo é capaz ou veraz.
“um profissional que merece crédito.”
2.
POR EXTENSÃO
bom nome, boa reputação; confiabilidade.
“desfeita a farsa, ele perdeu todo o crédito. Entre os seus pares”

Desta forma o crédito no meio financeiro não tem seu significado modificado. Pois, para o mercado financeiro o crédito é a confiança que a instituição financeira tem em seu cliente, de que ele irá pagar de volta o dinheiro que foi pego emprestado com o acréscimo de juros.

Essa confiança de que irá receber de seus tomadores de volta o valor emprestador acrescido dos juros, é formada através da análise de crédito que consistem em análise de informações como CPF, estado civil, idade, profissão, renda entre outros. Com base nessas informações obtidas o credor consegue identificar se aquele cliente conseguirá ou não cumprir com seu compromisso.

Com base nessa análise o banco consegue saber se vai ou não emprestar a quantia solicitada ao cliente, qual taxa de juros será oferecida, e qual o tempo máximo o cliente poderá quitar a quantia solicitada. Por tanto cada cliente tem seu perfil e suas condições para obter uma linha de crédito, seja empréstimo a longo ou curto prazo.

Atualmente existem linhas de crédito fácil que são bastante populares, sendo eles: o cartão de crédito, os empréstimos pessoais e por último os financiamentos habitacionais ou de automotores. Essas linhas são para os indivíduos como uma forma de expansão momentânea da renda, permitindo-os que eles possam expandir sua renda momentaneamente, podendo assim adquirir o bem desejado.

Já o consumo é a quantidade adquirida de um determinado bem ou serviço. O consumo pode ser considerado tanto como o consumo de bens e serviços individuais

de um consumidor, ou a soma desses produtos e serviços vendidos, sendo essa soma denominada com PIB.

Portanto, conforme há um aumento no consumo de bens consequentemente há um aumento no PIB da economia. Desta forma com o consumo em alta, há uma alta no PIB da economia, e, é possível ver isto nos Gráficos 16 e 17, onde foi mostrado o PIB e o consumo de bens da União Europeia, sendo que no mesmo ano em que teve um aumento no consumo, houve em simultâneo aumento no PIB.

Esse comportamento foi mostrado através da Lei de Okun, vista no tópico 2.1, Okun afirmou que quando há uma redução na taxa desemprego, gera um aumento no PIB. Pode ser visto essa teoria com a seguinte compreensão: Visto que quando há uma diminuição da taxa de desemprego, logo tem um aumento na taxa de empregados, logo os indivíduos têm aferido renda, que por sua vez consomem mais, e, portanto, consequentemente gera um aumento no PIB. E assim podemos confirmar a relação dos Gráfico 16 e 17.

Gráfico 19 –Crédito ao Consumidor na Zona do Euro (2008 a 2012)



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

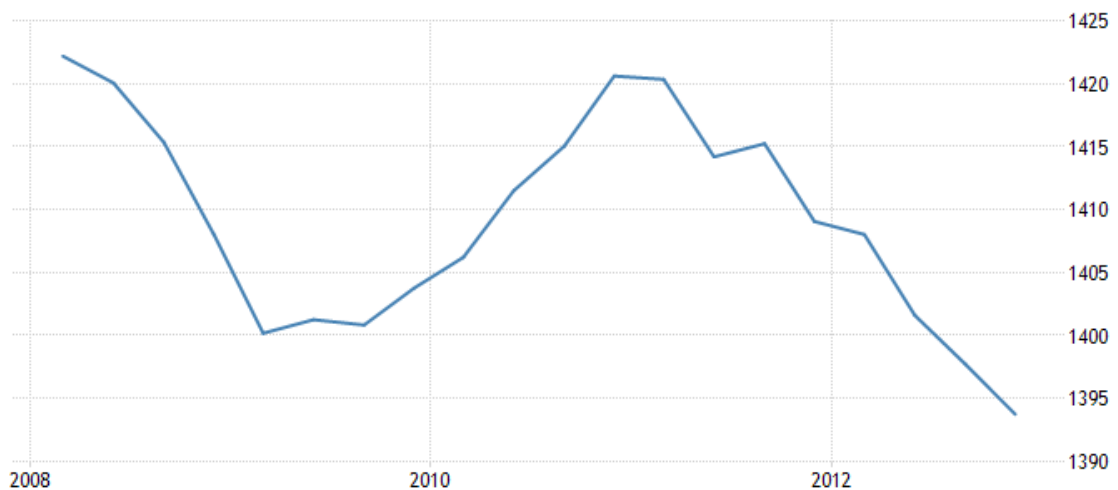
Sabe-se que através da Teoria do Consumidor o indivíduo tem uma cesta de acordo com suas preferências, a quais a quantidades de bens adquiridos nela depende do orçamento do indivíduo, com isso ele restringe a quantidade consumida de acordo com seu orçamento.

Portanto, é também de conhecimento que a soma da quantidade dos bens adquiridos é igual a renda, como visto na fórmula do tópico 2.2 na p. 30.

Se assim assumindo que o indivíduo ao adquirir linhas de crédito ele aumenta momentaneamente sua renda, e seu poder de compra, ele portanto irá consumir mais naquele determinado período a qual o crédito foi concedido. Através dessa compreensão pode ser definido que conforme há um aumento no crédito cedido há aumento no consumo.

Através do Gráfico 19, é possível ver o consumo de crédito na Zona do Euro. Ao comparar o Gráfico 19 com o Gráfico 20, pode-se notar que no ano de 2010 da mesma forma que aumentou o consumo de crédito, houve um aumento no consumo de bens.

Gráfico 20 – Consumo na Zona do Euro (2008 a 2012)

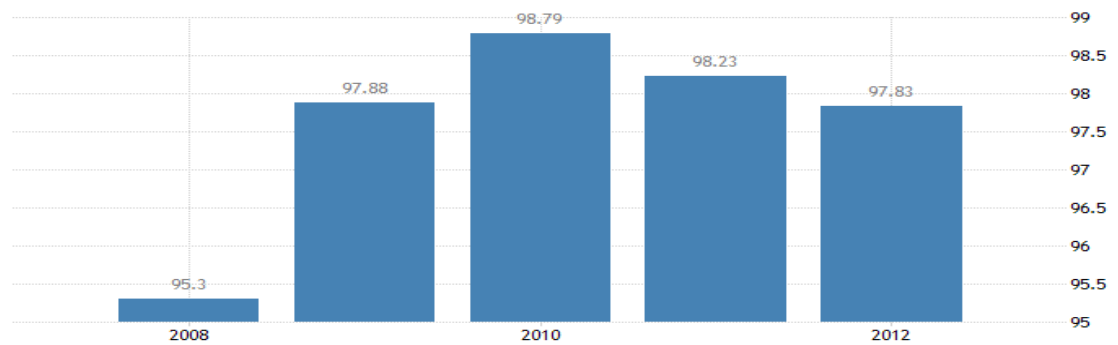


Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Com essa comparação feita no parágrafo anterior, pode-se notar que a relação entre o consumo de bens e a aquisição de crédito é uma relação direta. Pois é explícito que a partir da análise, conforme há um aumento em um, o outro segue a mesma tendência de aumento.

É também cabível de citar que, o consumo de crédito é uma linha tênue. Pois da mesma forma em que seu uso traz benefícios a sociedade em um todo, o crédito adquirido de forma irresponsável pode acarretar algumas consequências. Sendo uma de suas consequências a inadimplência.

Gráfico 21 – Dívidas Sobre a Renda das Famílias na Zona do Euro – 2008 a 2012 (%)



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Através do Gráfico 21, é observado que as famílias alcançaram em 2010 um endividamento que comprometia cerca de 98,29% da sua renda. Mostrando assim, o perigo de um consumo de crédito de forma descuidada, pois se as famílias têm a maioria de sua renda comprometida, qualquer variação negativa em sua renda, pode causar inadimplência.

CAPÍTULO 3 – A CRISE DO SUBPRIME E O BRASIL

3.1 - O Brasil Antes da Crise do Subprime

Neste capítulo será abordado especificamente sobre a economia brasileira antes e depois da subprime, onde será analisado o cenário em que a economia se encontrava antes da Crise do Subprime, a fim de ser realizada uma comparação com a situação que a economia brasileira se encontrava após a crise. Para entender, a situação que o Brasil se encontrava, é necessário entender em que contexto o país estava. Deste modo será iniciado em 1995, com a elegibilidade do 34º Presidente da República Federativa do Brasil.

Em 1995, Fernando Henrique Cardoso (chamado popularmente como FHC), foi eleito como o 34º Presidente da República. Fernando H. Cardoso conseguiu se eleger devido seu papel como Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, com a implantação da primeira fase do Plano Real.

Devido ao sucesso da primeira etapa do plano real juntamente com Itamar Franco, FHC deu continuidade com a segunda fase do Plano Real em seu mandato e iniciou uma reforma no Estado. Essas modificação e implantações cuidaram para que a economia fosse repassada de forma estruturada em alguns pontos para o próximo Presidente.

A economia estava em um processo de estruturalização, tendo durante esse período segundo a base de dados o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), o índice de desemprego era 6,7% em 1995, chegando há 6,2% em 2001. Segundo Fundação SEADE foi obtido como resultado um crescimento no PIB de 4,2% em 1995, e em 2001, obteve-se um crescimento de 4,4%, mesmo com a Crise do Pontocom⁶, mostrando assim a eficácia nas medidas adotados por FHC.

Após o mandato de FHC, em 2003 a Presidência da República é assumida por Luiz Inácio Lula da Silva. Ao administrar um país qual estava se restaurando de forma

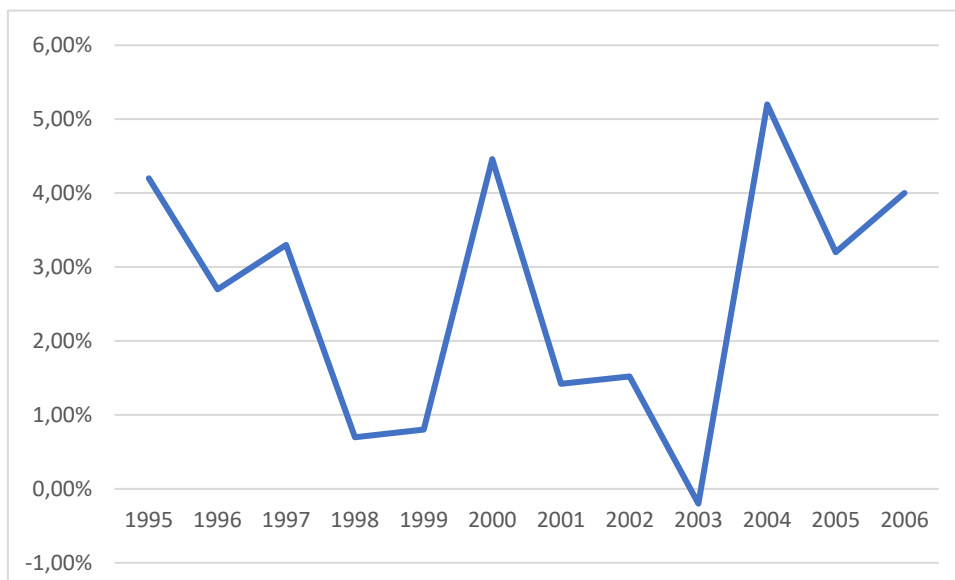
⁶ A Crise das Pontocom ocorreu na época em que a internet começava a ganhar espaço na população, com perspectivas tecnológicas otimistas, o estouro da bolha da internet, também conhecida como bolha das “pontocom”, causou forte impacto no mercado financeiro.

consistente com uma moeda estável, Lula como popularmente conhecido, início vários projetos.

Com a intenção de manter boa parte da estrutura de FCH, Lula manteve o plano real e como um dos itens em seus discursos trabalhou para que houvesse uma redução na taxa de inflação do país. Sendo que, ele herdou de FHC uma inflação de 12,53%, mostrando assim, que Lula não teve um mandato muito simples.

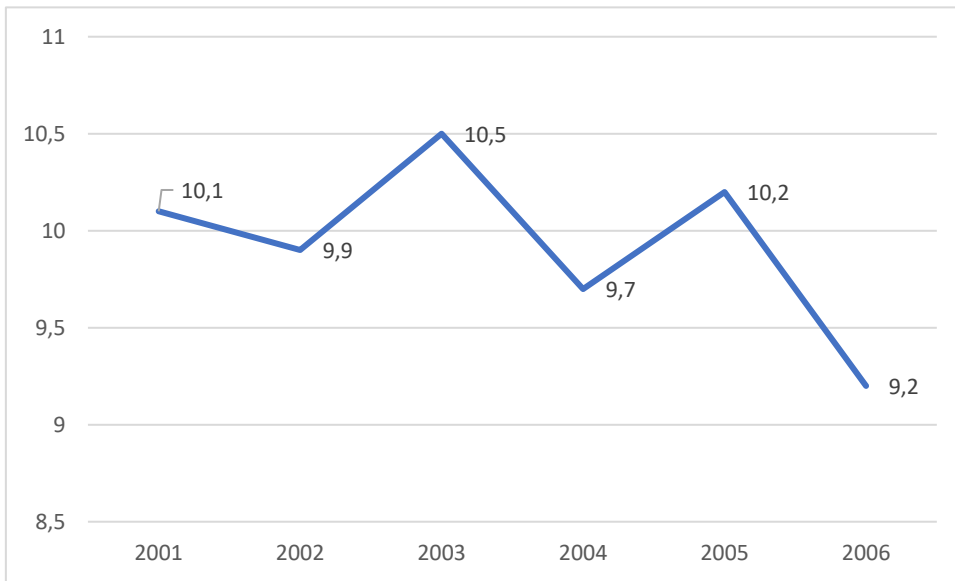
Lula em seu período administrativo teve como aliado a China, o que contribuiu para que pudesse deixar seus marcos, sendo um desses marcos o crescimento econômico que seu mandato trouxe para o Brasil, atingindo um crescimento de 5,2% ao ano, segundo o IBGE. Isso foi devido as grandes quantidades de matérias primas e *commodities* exportada, tendo a China como principal comprador.

Gráfico 22 – Taxa (%) de Crescimento do PIB Brasileiro (1995 – 2006)



Fonte: Elaboração própria obtidas/dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Isso mostra que o Brasil se encontrava com uma economia que estava aquecida, permitindo assim que houve uma grande resposta do mercado. No Gráfico 22, consegue-se ver que a economia respondeu bem, mesmo com suas oscilações. Sendo válido ressaltar que essas oscilações são padrões normais para economias em desenvolvimento.

Gráfico 23 – Taxa (%) de Desemprego no Brasil 2001 – 2006

Fonte: Criação própria obtidas por dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Um outro índice que nos mostra como a economia brasileira estava é a taxa de desemprego, e assim, como a taxa de crescimento do PIB, a taxa de desemprego também é volátil. Tendo em vista que o Brasil é um país em desenvolvimento, e que se encontra, na etapa de arranco⁷ do desenvolvimento econômico, conforme As Cinco Etapas de Desenvolvimento de W. Rostow.

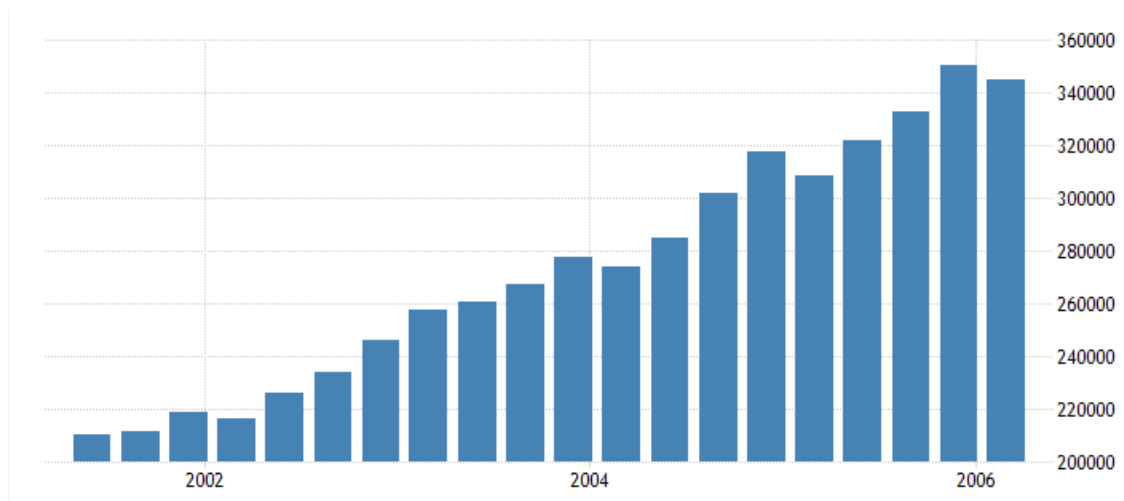
Deste modo é comum para um país que está em desenvolvimento, buscando seus pilares para fundamentar sua economia, e passando por processos de adaptações, tenha esse comportamento de volatilidade em seus indicadores, tendo em vista que as economias que estão em desenvolvimento são economias dependentes das demais.

Com isso no Gráfico 23 podemos ver um país que suas engrenagens estão começando a funcionar fazendo assim com que haja essa variação na taxa de desemprego. E através desse Gráfico pode-se notar que no início do governo Lula, a taxa de desemprego se encontrava em 9,9%, mas, ao decorrer de seu mandato a mesma diminui, confirmando o que o Gráfico 22 nos mostra.

⁷ Arranco é uma etapa do desenvolvimento econômico segundo Rostow, para ele quando o país se encontra na etapa de arranco, significa que a economia de determinada região, conseguiu romper todas as resistências ao desenvolvimento e há difusão do progresso tecnológico por toda sociedade, e é comum nessa etapa que os antigos fazendeiros se transformem em empresários agrícola.

Deste modo é notório que a economia brasileira se encontrava em bons momentos e com perspectiva de melhora e avanços. Um mercado positivo e com otimismo no futuro estava instaurado no meio dos indivíduos. O que os levou a consumir sem preocupação com o que poderia vir no futuro, como mostra o Gráfico 24.

Gráfico 24 – Consumo Brasileiro 2002 - 2006

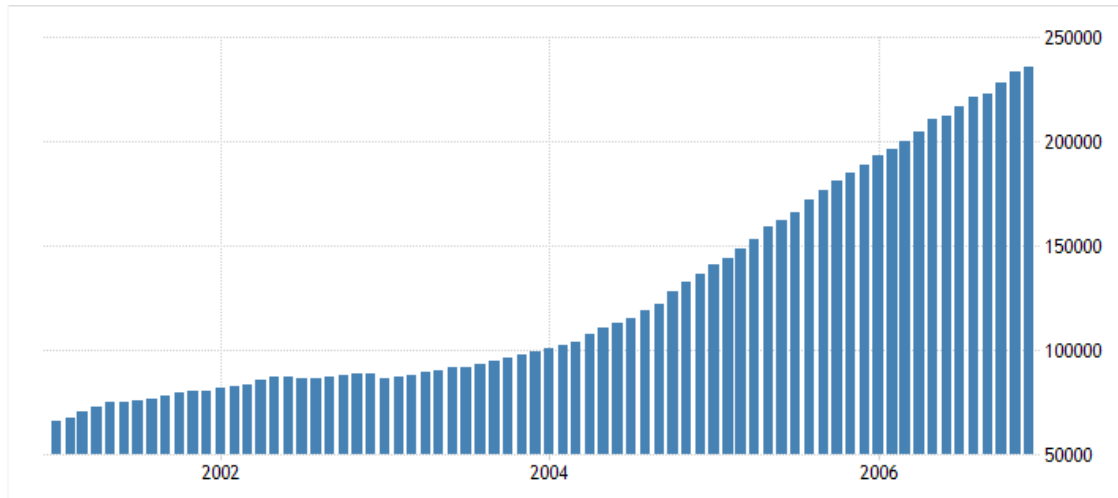


Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Assim como o consumo, advindo do otimismo⁸ no mercado, os consumidores começaram a consumir mais crédito, e esse consumo de crédito mostra-se interligado diretamente com o consumo de bens, da mesma forma que o comportamento dos gráficos se mantem semelhantes, mostrando assim um aumento no consumo e no uso de crédito.

Nota-se através do Gráfico 25, que no período de 2001 a 2006 houve um aumento no consumo de crédito, ou seja, o uso de crédito por parte dos consumidores acompanhou o crescimento do consumo, e da economia brasileira. Esse aumento dar-se a ao movimento expansionista e positivista que a economia brasileira se encontrava.

⁸ O otimismo dos indivíduos para uma economia é bastante importante, pois ao verem uma economia estável, eles têm confiança em consumir, de modo a qual se eles consumirem eles têm a segurança de que conseguiram honrar com seus compromissos. Deste modo é cabível afirmar que uma economia com indivíduos otimistas na economia é benéfica pois seu otimismo ajuda a manter o comercio e consequentemente a economia.

Gráfico 25 – Consumo de Crédito Brasileiro 2001 a 2006

Fonte: <https://tradingeconomics.com>

[...] O aumento do crédito à pessoa física, primeiramente, deu-se por intermédio do crédito livre e se antecipou ao movimento posteriormente também observado no crédito livre concedido à pessoa jurídica [...]. Os dados disponíveis mostram que este processo, iniciado ainda em 2004, foi liderado pelo sistema financeiro privado [...]. A trajetória recente do crédito à pessoa física pode ser atribuída ao comportamento do crédito consignado, ao financiamento de veículos e, em menor medida, a “outros (b)” [...]. Argumenta-se que mudanças institucionais contribuíram para a decisão do sistema financeiro nacional de expandir a oferta de crédito, com recursos livres, à pessoa física [...] (MOURA, P. 14, 2015)

Deste o aumento do consumo de bens e do crédito adquirido pelo consumidor aumentou devido aos incentivos e liberações proporcionadas pelo governo⁹, com o intuito de liberar e trazer esse aquecimento para economia, pois tornou o crédito mais acessível a todos os indivíduos de diferentes classes.

⁹ O Governo liderado Luís Inácio Lula da Silva, foi disseminado popularmente como um governo populista e que trouxe a população brasileira próxima a igualdade. Foi a partir do Governo Lula que muitos cidadãos a quais não teriam em condições normais acesso ao crédito, puderam então conseguir melhora de condições de vida e aquisição de bens a quais não se era possível anteriormente.

3.2 – Como a Crise do Subprime Afetou a Economia Brasileira

Assim como outros países de todo o mundo, o Brasil também foi afetado pela Crise do Subprime. O Brasil diferente de outros países não sofreu impacto diretamente, igual ocorreu a outros países. Por tanto, o primeiro momento da crise o país não foi afetado, pois o mesmo não possuía crédito de alto risco.

O impacto no Brasil em relação ao consumo de bens e crédito consumido pelos brasileiros não sofreram tanto impacto devido as medidas adotadas pelo Banco Central (BC), fizeram que os impactos na economia fossem mais brandos, possibilitando que não fosse tão sentindo pela população.

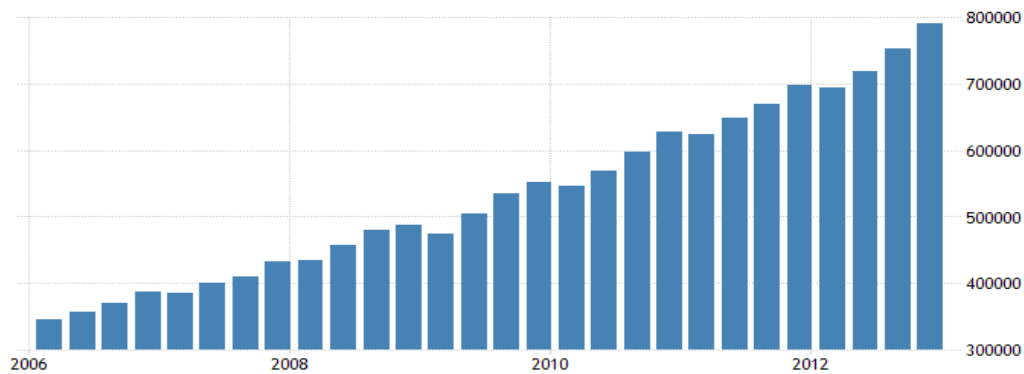
Uma das medidas adotadas pelo Banco Central foi através dos créditos compulsório, deste modo o órgão obrigou os bancos a depositar partes dos valores obtidos por depósito de seus clientes em uma conta do BC. Deste modo o Banco Central tendo parte do dinheiro em suas contas podiam liberar dinheiro para que os bancos comerciais pudessem liberar mais crédito.

Por mais que o Brasil não sofreu diretamente os impactos da crise, ele sofreu indiretamente através da redução das importações e das demandas internas. Pois, antes da crise, o país se encontrava em um bom momento de seu comercio, devido sua forte aliança com a China e com a facilidade que se tinha para obtenção de crédito.

Esses impactos nas demandas internas e externas, foram devidos a contração no crédito. Com essa contração no crédito, o dinheiro parou de circular e consequentemente freou a economia causando um aumento no número de desempregados.

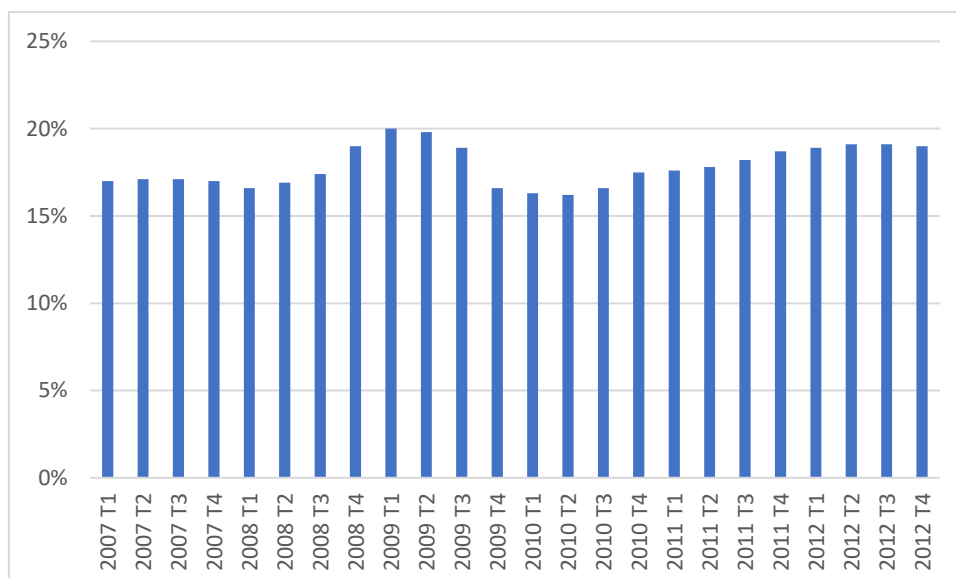
Pois as empresas que dependiam de empréstimos não conseguiram encontrar linhas de financiamento, portanto dificultando as mesmas a conseguir empréstimos para financiar seus projetos e assim gerando novos empregos e renda para economia.

Essa dificuldade de obtenção de crédito e devida, a uma economia mundial cheia de incertezas. As pessoas que tinha dinheiro para poder emprestar não emprestavam e assim as pessoas que precisava de dinheiro para poder financiar seus projetos, tinham dificuldade de encontrar essas linhas de créditos. Gerando assim uma crise de confiança, entre o credor e o tomador.

Gráfico 26 – Consumo dos Brasileiros 2006 – 2012

Fonte: <https://tradingeconomics.com>

Com isso em uma declaração pública o Presidente da República, comentou que a crise era uma “marolinha”, ou seja, algo que fosse passageiro, fazendo assim, com que os indivíduos mantivessem seus gastos, conforme pode-se ver no Gráfico 26.

Gráfico 27 – Coeficiente de Exportação Brasileira – 2007 a 2012

Fonte: Elaboração própria/ dados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)

Mesmo não havendo um impacto na economia interna o Brasil teve um impacto na sua Balança Comercial¹⁰, devido seus principais clientes estarem sofrendo com a

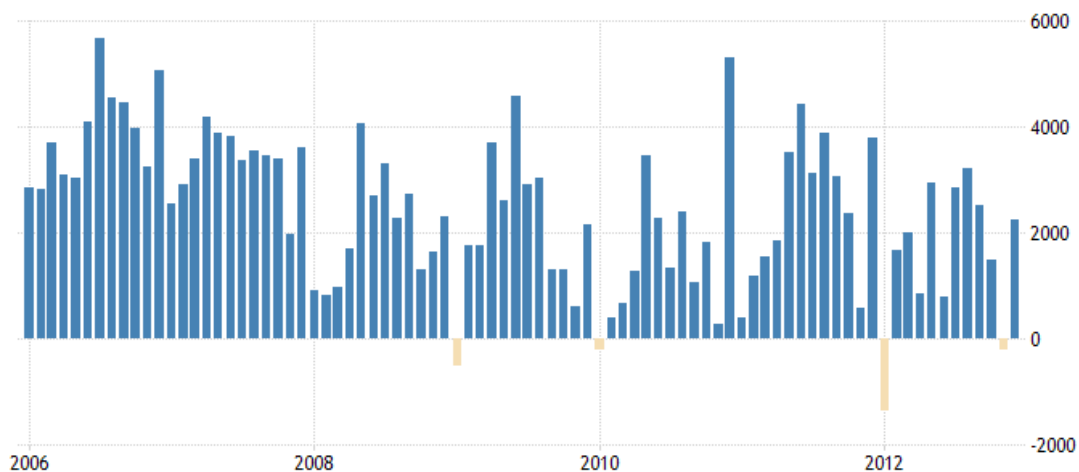
¹⁰ A balança comercial é a junção das contas de exportação e importação de um país. Portanto, subtraindo-se o volume de exportações do total de importações temos o saldo da balança comercial. O saldo da balança pode ser positivo ou negativo, sendo positivo significando que o país exportou mais que do importou, e quando o saldo é negativo significa que o país importou mais que exportou.

Crise do Subprime, observa-se através do Gráfico 27, que no último trimestre de 2009 a o coeficiente de exportação diminuiu, não conseguindo até o ano de 2012, retornar o patamar obtido no segundo trimestre de 2009. No Gráfico 28 pode-se também concluir o impacto da crise na Balança Comercial, causou consequências nas dívidas públicas brasileiras.

Portanto nota-se que em comparação aos anos de 2006 e 2007, o período de 2008 a 2012, a Balança Comercial sofreu bastante. Mostrando que o país nesses períodos reduziu suas exportações e continuou importando na mesma quantidade, sendo anunciado que 2009, segundo o IBGE a queda nas exportações agrícolas reduziu certa de 9,1%.

Essas alterações na economia geraram como efeito o aumento no índice de endividamento das famílias em relação ao PIB, como consequência do aumento na taxa desemprego. Segundo o IBGE a taxa de desemprego de 2009 atingiu 8,1%, ante, 7,9% em 2008. Segundo o Gráfico 29 pode-se ver a proporção do aumento das dívidas das famílias em relação ao PIB, em resposta ao aumento da taxa de desemprego.

Gráfico 28 – Balança Comercial 2006 -2012

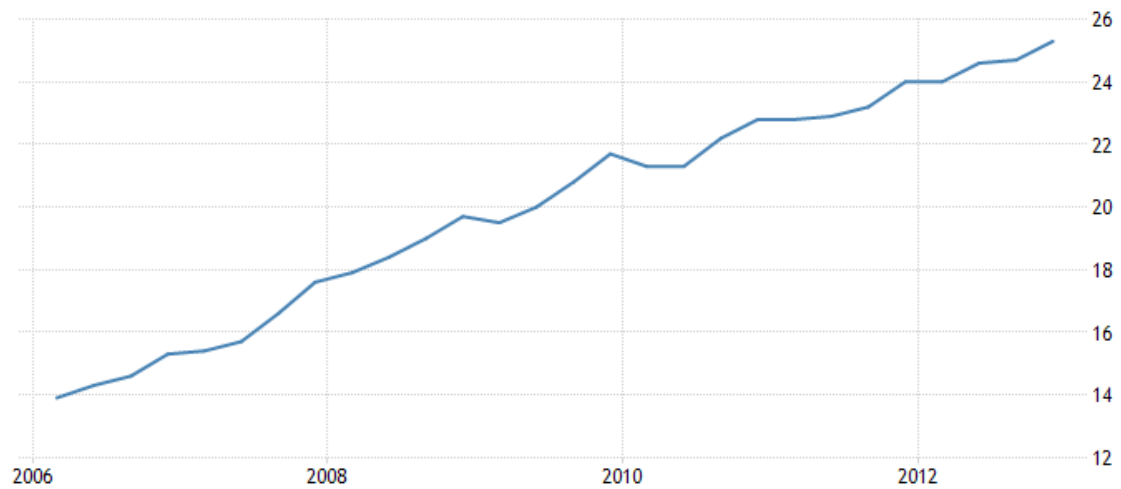


Fonte: <https://tradingeconomics.com>

É importante elucidar que no Gráfico 29, pode-se ver que as famílias começaram a endividar-se mais, porém sua renda manteve-se a mesma. Essa proporcionalidade é bastante tênue para proporcionar a inadimplência das famílias.

Sendo que a inadimplência das famílias, pode causar a inadimplência generalizada. Pois, não havendo pagamentos para as empresas, elas não conseguem honrar suas dívidas com os bancos, e como consequência os bancos ao não receberem, adotam medidas mais rígidas para novos empréstimos. Assim afetando novos projetos e como já citado, podendo diminuir a abertura de novas vagas de empregos.

Gráfico 29 – Dívidas das Famílias em Relação ao PIB 2006 - 2012



Fonte: <https://tradingeconomics.com>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da situação político – econômica dos EUA, e do entendimento de como estava funcionando o sistema bancário norte – americano, é possível compreender como foi gerada a Crise do Subprime, à partir das hipotecas imobiliárias.

Sendo factível, entender como ela afetou o mundo através das securitizações, e sua proporção em todo o mundo. Alterando de forma negativa, os índices das economias como, produção industrial, taxa de desemprego, PIB, e consumo de crédito.

Ao relacionar o comportamento do consumo de bens, e da aquisição de créditos dos indivíduos, perante a situação econômica, a qual o mundo se encontrava, observa-se que o comportamento do consumo de bens e da aquisição de crédito, varia dependendo de como cada economia se encontrava antes da Crise do Subprime, e, a intensidade da mesma sobre a economia.

Com base na Teoria do Consumidor e na Lei Okun expostas, foi possível definir e entender a interação do consumo de bens e crédito consumido. Assim podendo compreender de forma mais clara como esses índices se relacionam, e seus impactos na economia.

Neste sentido, com base nos expostos durante essa monografia, foi analisado que os países mais atingidos pela crise foram os países europeus. Sendo o forte impacto da crise nos países europeus, ocasionado pela posse dos créditos de alto risco. Desta forma, eles foram após os EUA, os primeiros países a sentirem as consequências da Crise do Subprime.

Países europeus como a Grécia e Portugal, sentiram os impactos da crise, em uma intensidade mais elevada. Após a chegada da crise, os níveis de consumo de bens e crédito não se mantiveram, fazendo-os cair, afetando negativamente os níveis do PIB, impactando a economia tanto da Grécia quanto de Portugal.

Já no Brasil, a crise foi sentida um pouco tardiamente, o que possibilitou uma “antecipação” nas medidas tomadas pelo governo, no intuito de não propiciar um impacto tão severo, do mesmo modo que ocorreu em outros países. Deste modo a

economia brasileira não sofreu tão drasticamente com seus níveis de consumo de bens, mas sofreu com a retração do crédito.

Com isso a expansão que vinha tendo na economia brasileira foi retardada, devido os empresários terem dificuldade de conseguir linhas de créditos. Mas diferente dos outros países do mundo, o Brasil teve seus níveis de consumo e concessão de crédito semelhante de antes da crise, o que possibilitou que fosse mantido o comércio interno.

Deste modo, o objetivo geral dessa monografia, sendo ele analisar no período de ocorrência da Crise do Subprime, seu impacto no comportamento do consumo e nas linhas de crédito concedidos de forma facilitada aos consumidores brasileiros, foi atendido. O comportamento do consumo de bens e crédito no Brasil no período de análise, mostra que, não houve um impacto tão forte como em outros países.

Os três objetivos específicos, foram atingidos pois, foi possível, analisar o cenário da Crise, definindo a relação crédito e consumo de bens como diretamente proporcional, demonstrando sua relação com a Teoria do Consumidor, através da restrição orçamentária.

Com isto o problema abordado: Quais são as consequências do crédito facilitado e qual o seu impacto sobre o consumo dos agentes econômicos brasileiros? Foi respondido, podendo-se concluir que o crédito facilitado pode gerar inadimplência e que o crédito impacta no consumo positivamente, pois permite o consumidor adquirir bens que com sua renda não permitia.

Quanto as hipóteses, pode-se afirmar que a primeira hipótese se faz verdadeira. Constatando ao longo dessa monografia, que conforme os indivíduos tinham acesso ao crédito eles consumiam, assumindo que esse crédito se caracterizava como uma expansão temporária em sua renda.

Assim, a segunda hipótese, é falsa, pois pode-se notar que o indivíduo ao adquirir crédito tem o intuito de consumir um bem específico, e que a aquisição do mesmo traz consigo, um compromisso a ser quitado, o que, impacta no orçamento do indivíduo e havendo uma variação negativa em sua renda pode gerar a inadimplência.

Por fim, é importante ressaltar que as principais consequências no Brasil em decorrência da crise foram a retração no crédito, não possibilitando o surgimento de

novas empresas, e a retração do crescimento do país, que vinham em bons momentos, mas com a chegada da crise fez com que o crescimento desacelerasse.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORÇAS, Gilberto e TORRES, Ernani, **Analisando a Crise do Subprime**, Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V.15, N.30, P. 129 -159, Dez. 2008

GONTIJO, Cláudio e OLIVEIRA, Fabrício, **Suprime: Os 100 Dias que Abalaram o Capital Financeiro Mundial e os Efeitos da Crise Sobre o Brasil**, Belo Horizonte, [s.n.] 2011

MOURA, Mônica, **A Evolução do Crédito no Brasil entre 2003 e 2010**, Rio de Janeiro, IPEA, 2015

PINDYNCK, Robert e RUBINFELD, Daniel, **Microeconomia 8ª edição**, São Paulo, Pearson Education Brasil, 2013

ROSTOW Walt, **Etapas do Desenvolvimento Econômico**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966

<https://tradingeconomics.com/indicators> <Acesso:08/02/2021 17:00>

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas.html>
<Acesso: 13/04/2021 17h48>

<https://www.seade.gov.br/produtos/midia/boletim-ped> <Acesso: 20/04/2021 16:09>

<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> <Acesso: 09/03/2021 22:46>



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

**ESCOLA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MONOGRAFIA II: *ACEITE DO ORIENTADOR*

Goiânia, 31 de Maio de 2021.

ALUNA: ANNA KLARA ABREU DE OLIVEIRA

MATRÍCULA: 2017.1.0021.0004-0

ORIENTADOR: Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos Comum

TEMA: “O Impacto da Crise do Subprime sobre o Consumo de Bens e a Política de Créditos no Brasil, em 2007 a 2012”.

À COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Havendo acompanhado a elaboração da monografia II, com o Tema acima mencionado e tendo examinado a versão final, considero satisfatório o trabalho monográfico e julgo por bem encaminhá-lo à **Banca Examinadora**.

Orientei a aluna **ANNA KLARA ABREU DE OLIVEIRA**, para que incluía este **ACEITE** no exemplar final a ser enviado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, no formato digital, conforme regras da ABNT para realização de Trabalhos de Final de Cursos.

O exemplar definitivo deverá conter na capa, os dizeres da folha de rosto e, na lombada, o título da monografia e o último sobrenome da autora.

Caso não sejam cumpridas essas e outras exigências institucionais, solicito que a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas/**Coordenação de Monografia** notifique o aluno que a nota atribuída à Monografia não será considerada até que satisfaça essas determinações e não poderá colar grau até que as cumpram inteiramente.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'M. Rosa', written over a horizontal line.

Prof. Ms. Miguel Rosa dos Santos



**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DE GOIÁS PRÓ-REITORIA DE
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010
Goiânia | Goiás | Brasil
Fone: (62) 3946.3081 ou 3089 | Fax: (62)
3946.3080
www.pucgoias.edu.br |
prodin@pucgoias.edu.br

RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

ANEXO I

APÊNDICE ao TCC

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

A estudante ANNA KLARA ABREU DE OLIVEIRA, do Curso de Ciências Econômicas, matrícula: 2017.1.0021.0004-0, telefone: (62) 98294-5627, e-mail: anna-klara@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei n° 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado O Impacto da Crise do |Subprime sobre o Consumo de Bens e a Política de Créditos no Brasil, de 2007 a 2012, gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 17 de junho de 2021.

Assinatura do autora:

Nome completo do autora: Anna Klara Abreu de Oliveira

Assinatura do professor-orientador:

Nome completo do professor-orientador: Miguel Rosa dos Santos